



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

PRISCILLA VAN DER BROOKE DE OLIVEIRA

**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO INADIMPLEMENTO DE
OBRIGAÇÕES RESCISÓRIAS: SUPERAÇÃO DE RESISTÊNCIAS**

**BRASÍLIA
2016**

PRISCILLA VAN DER BROOKE DE OLIVEIRA

**INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO INADIMPLEMENTO DE
OBRIGAÇÕES RESCISÓRIAS: SUPERAÇÃO DE RESISTÊNCIAS**

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Direito pelo Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof.º Cristiano Siqueira de
Abreu Lima

BRASÍLIA
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e namorado, por todo o apoio e compreensão dispensados durante o curso, sobretudo na elaboração do presente trabalho.

Por fim, ao professor Cristiano Siqueira, que me orientou neste trabalho.

RESUMO

O presente estudo procura analisar o instituto da responsabilidade civil, sobretudo da indenização por danos morais, em sua dimensão punitiva, como mecanismo de oprimir a conduta patronal em inadimplir as obrigações pecuniárias devidas ao término do contrato de trabalho, mormente na dispensa imotivada por vontade do empregador. Num primeiro plano, será abordada a importância do trabalho para a sociedade, que depende da proteção conferida pelo direito, especialmente quando se trata do não pagamento das obrigações pecuniárias devidas ao término do contrato de trabalho, seja com o intuito de o empregador obter vantagem ilícita, seja o inadimplemento decorrente das dificuldades financeiras por ele enfrentada. A discussão se estende sobre a possibilidade deste dano ser presumido, fazendo-se uma análise comparativa com os casos em que se aplica a presunção, tanto na Justiça Comum, quanto na Justiça do Trabalho. Por fim, será apresentado o posicionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho a respeito de sua aplicação.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Dano moral. Inadimplemento das verbas rescisórias. Tribunal Regional do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO MEIO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO.....	7
1.1 A importância do trabalho para a sociedade	7
1.2 O direito do trabalho como instrumento de proteção	11
2 RESPONSABILIDADE CIVIL NO INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	17
2.1 Aspectos gerais da responsabilidade civil	17
2.2 O dano moral na responsabilidade civil	20
2.3 A presunção do dano moral	23
2.3 Danos morais para inibir a conduta de inadimplir o pagamento das obrigações rescisórias	27
3 POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL A RESPEITO DA APLICABILIDADE DOS DANOS MORAIS NO INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	35
3.1 Tribunais Regionais do Trabalho	35
3.2 Tribunal Superior do Trabalho (TST)	52
3.3 Análise do posicionamento jurisprudencial encontrado	53
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

As verbas rescisórias são parcelas devidas ao término do contrato de trabalho, devendo seu pagamento ocorrer nos prazos previstos no artigo 477, §6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, sob pena de multa.

Contudo, por variados motivos, muitas vezes os empregadores não efetuam o pagamento das verbas rescisórias, o que mostra a fragilidade da multa como instrumento de desestimular o inadimplemento do empregador.

Nesse contexto, o reconhecimento ao direito à indenização por danos morais em seu caráter punitivo ou pedagógico pode consistir em inegável prática de desincentivo à referida conduta patronal.

O objeto do presente trabalho consiste no questionamento sobre a possibilidade de aplicação do dano moral em sua função punitiva, analisando-a, bem como se este deve ser presumido quando o empregador deixa de quitar com as obrigações pecuniárias devidas ao término do contrato de trabalho.

No primeiro capítulo será abordada a importância do trabalho para a sociedade, a necessidade de sua proteção pelo direito e como essa proteção se materializa por meio das verbas rescisórias, que não estão adimplidas, surgindo necessidade de um instituto jurídico que converta tal situação.

O segundo capítulo trata do instituto da responsabilidade civil e dos seus pressupostos. Serão analisadas as funções compensatória e punitiva do dano moral e também a possibilidade de sua presunção, comparando-a com casos em que se presume o prejuízo tanto na Justiça Comum, quanto na Justiça do Trabalho.

Por fim, a última abordagem do capítulo consiste essencialmente na problemática do presente trabalho, no qual se questiona sobre a possibilidade de aplicação dos danos morais quando inadimplidas as obrigações rescisórias, retomando todos os conceitos abordados no decorrer do segundo capítulo.

O último capítulo aborda o posicionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho quanto ao cabimento

ou não da indenização por danos morais quando não quitadas as verbas, separando os posicionamentos encontrados em duas teses, a da aplicabilidade e da inaplicabilidade.

A metodologia utilizada no presente trabalho foi bibliográfica, por meio da análise da doutrina e jurisprudência

1 A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMO MEIO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

O direito do trabalho foi reflexo de movimentos sociais por melhores reivindicações de trabalho, os quais evidenciaram a necessidade de regulação da relação capital-trabalho como mecanismo, não apenas de assegurar os instrumentos necessários à uma existência digna aos trabalhadores, mas também de desenvolvimento da economia no sistema capitalista.

1.1 A importância do trabalho para a sociedade

A consolidação do direito do trabalho adveio de um longo processo histórico e que ainda não se encerrou, tendo em vista ser um ramo dinâmico do direito, devido sua necessidade de se adaptar às novas necessidades que surgem com o decorrer do tempo, sobretudo no campo econômico.¹

A concepção atual de trabalho é a de que por meio de um conjunto de atividades realizadas, o homem possa “concretizar seus sonhos, atingir suas metas e objetivos da vida, além de ser uma forma de expressão.” Em que pese a relevância atual do trabalho, nem sempre foi assim.²

Uma das primeiras formas de trabalho foi a escrava em que o trabalhador era um sujeito sem direitos, considerado como uma coisa sob a qual recaia a propriedade. Nesta época, o trabalho compreendia apenas a força física e era sinônimo de castigo.³

Na servidão, os servos não eram livres, tendo de prestar serviço nas terras dos seus senhores, e por essa prestação, recebiam proteção militar, política e direito de usar as terras.⁴

Havia ainda o sistema de trabalho das corporações de ofício, protagonizado pelos mestres, companheiros e aprendizes.

¹ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 3

² SIGNIFICADO de trabalho. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/trabalho/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 43.

⁴ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 3

Nesta etapa, em que pese o restrito acesso ao mercado de trabalho, teve-se como avanço certa liberdade conferida aos trabalhadores. Contudo, o trabalhador não era protegido, a jornada de trabalho era longa e existiam até mesmo castigos corporais.⁵

Em 1789, houve o movimento da Revolução Francesa, extinguindo as corporações de ofício, que já estavam em decadência devido a liberdade de comércio. Além disso, reconheceu-se um dos primeiros direitos econômicos e sociais: o direito do trabalho.⁶

O próximo movimento revolucionário foi a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, no qual os trabalhadores reivindicaram por mudanças através dos seus sindicatos, havendo conquistas como o direito de associação e o recebimento de salários.⁷

As excessivas jornadas de trabalho, a prestação de serviços por menores crianças e adolescentes, dentre outras práticas abusivas pelos empregadores, impulsionaram o Estado a intervir nas relações de trabalho.⁸

A partir de então surgiram as primeiras leis trabalhistas, que segundo Amauri Mascaro Nascimento, tinham a finalidade de coibir o trabalho em determinadas condições, limitar o trabalho ao menor, até determinada idade, e o das mulheres em ambientes insalubres ou sob condições incompatíveis.⁹

Dentre as legislações que surgiram para proteger o trabalhador, a Lei de Peel, de 1802, limitou a jornada de trabalho para 12 horas diárias, retirando o intervalo para refeição, e determinou que as normas de higiene deveriam ser observadas. Após, em 1819, proibiu-se o trabalho aos menores de 9 anos de idade.¹⁰

Em meados de 1880, surgiu a eletricidade, tornando necessária a adaptação do trabalho. Nesta fase, o Estado apenas intervinha na ordem pública, e não nas relações particulares, permitindo a exploração do homem,

⁵ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 5

⁶ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo:Atlas S.A, 2014. p. 7

⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. Ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 44

⁸ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 7

⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 44

¹⁰ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 7

que, devido a vasta oferta de mão de obra, se submetia as imposições feitas pelo empregador, incompatíveis com aqueles direitos já adquiridos.¹¹

Nos Estados Unidos, em 1886, não haviam direitos trabalhistas, até o momento em que movimentos grevistas foram organizados e um grande embate entre trabalhadores e policiais foi iniciado. O que se buscava eram melhores condições de trabalho, principalmente a redução da jornada de 13 para 8 horas diárias.¹²

O conflito ficou marcado por mortes em decorrência de uma bomba lançada contra a multidão. Contudo, o movimento, além de tornar o dia 1º de Maio como o dia do trabalho, despertou a preocupação do governo, e até mesmo da igreja, fazendo-se reconhecer a necessidade de proteção do homem não apenas como ser humano, mas como trabalhador.¹³

Já no Brasil, as constituições previam o direito do trabalho, destacando-se a Constituição de 1934, que sob influência do constitucionalismo social, garantiu em seu artigo 120, a liberdade sindical, a isonomia salarial, o salário mínimo, a jornada de oito horas de trabalho diárias, a proteção do trabalho das mulheres e menores, o repouso semanal e as férias anuais remuneradas.

Contudo, em razão das leis esparsas existentes tratando da matéria trabalhista, surgiu o Decreto-lei 5.452, a Consolidação das Leis do Trabalho.¹⁴

A Consolidação das Leis do Trabalho representou um grande mecanismo de proteção ao trabalhador urbano, principalmente naquele momento histórico, no qual “ainda tínhamos uma economia essencialmente rural, sendo então marcada por seu traço visionário, para o futuro, pois a nossa economia passava a migrar para as cidades, em razão do crescimento econômico do país.”¹⁵

As breves informações históricas demonstram que o direito do trabalho foi essencialmente de conquista, na qual os trabalhadores foram

¹¹ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 8

¹² MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 8

¹³ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 8

¹⁴ MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 11

¹⁵ JUNIOR, Rubens Fernando Clamer dos Santos. **A importância da CLT no século XXI**. Disponível em:

<<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?cod=776808&action=2&destaque=false>>. Acesso em: 17 ago. 2016

lutando por seus direitos, e diante sua importância, consagrou-se no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 o trabalho como um direito social fundamental.

“Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”¹⁶

Esse direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal possibilita que sejam minimizadas as desigualdades entre as pessoas e que possuam melhores condições de vida.¹⁷

Vislumbra-se que para a efetivação dos direitos humanos os direitos sociais sejam fundamentais, sobretudo o trabalho, bem como exemplifica a autora Elisa Maria Rudge Ramos: “o direito a dignidade reclama ao direito a moradia, a educação, o trabalho digno e a proteção social em caso de desemprego e outra contingências.”¹⁸

Igualmente aos direitos humanos, considerados como indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, amplamente protegidos e assegurados pelo Estado, os direitos sociais também o devem ser.¹⁹

Ora, o trabalho deixou de ser visto como um castigo, tornando-se um instrumento que confere dignidade ao homem e que necessita de proteção.

Por meio do trabalho a população economicamente ativa pode suprir com suas necessidades básicas, acessar aos recursos necessários a uma vida digna, a realizar seus objetivos e promover seu desenvolvimento pessoal, tornando concreto o princípio da dignidade da pessoa humana.

¹⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <<http://www.planalto.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

¹⁷ RAMOS, Elisa Maria Rudge. **Os direitos sociais**: direitos humanos e fundamentais. Disponível em: <<https://direitosociais.org.br/article/os-direitos-sociais-direitos-humanos-e-fundamentais/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

¹⁸ RAMOS, Elisa Maria Rudge. **Os direitos sociais**: direitos humanos e fundamentais. Disponível em: <<https://direitosociais.org.br/article/os-direitos-sociais-direitos-humanos-e-fundamentais/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

¹⁹ CONFERÊNCIA mundial sobre os direitos do homem. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 10 set. 2016

O direito do trabalho, por sua vez, concretiza o princípio da dignidade da pessoa humana, pois prevê o direito a percepção dos salários, que torna possível o custeio das despesas básicas como alimentação, moradia, saúde, educação, entre outras.

Nota-se que o capital é extremamente útil, contudo, em razão da acumulação deste capital a pequena parcela da população, geralmente aos que gerem a mão-de-obra, necessária se faz a proteção do trabalho para que o direitos dele decorrentes sejam efetivos.²⁰

1.2 O direito do trabalho como instrumento de proteção

Diante da importância do trabalho, o direito vem como um mecanismo de defesa e tutela ao trabalho, mas que também se estende ao empregado, “prevendo normas imperativas e inafastáveis pela vontade das partes, a não ser para conferir maior proteção ao empregado”²¹

No que tange a finalidade do direito do trabalho, pode-se dizer que:

“É assegurar melhores condições sociais e de trabalho ao trabalhador, corrigindo as deficiências encontradas nas relações trabalhistas e proporcionando-lhes uma vida digna para desempenhar seu papel na sociedade. É um ramo com características protetivas visando favorecer o empregado que é o polo mais fraco da relação.”

Sergio Pinto Martins destaca que o direito do trabalho fundamenta-se em proporcionar melhores condições de trabalho aos obreiros, “assegurando que o trabalhador possa prestar seus serviços num ambiente salubre, podendo, por meio de seu salário, ter uma vida digna para que possa desempenhar seu papel na sociedade.”²²

²⁰ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**, 2014. Disponível em: <<http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2015/02/O-Capital-no-Seculo-XXI-Thomas-Piketty-2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

²¹ PEREIRA, Juliana Maria Chaves de Lima. **Princípios específicos do direito do trabalho e sua aplicação na atualidade**. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23872/principios-especificos-do-direito-do-trabalho-e-sua-aplicacao-na-atualidade>>. Acesso em: 30 abr. 2016

²² MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 19

Noutro giro, Amauri Mascaro Nascimento prevê funções ao direito do trabalho, sendo elas: tutelar, conservadora ou opressora do estado, econômica, social e coordenadora.²³

A função tutelar compreende-se na função do direito do trabalho em proteger o trabalhador diante o poder econômico, para que não seja por ele absorvido.²⁴

Está função é vista como a finalidade central do direito do trabalho, por representar a busca por melhorias das condições de trabalho.²⁵

A função conservadora ou opressora do Estado trata que os dispositivos que regulam o trabalho vieram para regular a liberdade.²⁶

Entende-se como função econômica a perspectiva de que o direito do trabalho visa a efetivação de valores econômicos, considerando, inclusive, o direito do trabalho parte do direito econômico.²⁷

Tal função é denominada por Maurício Godinho Delgado como civilizatória e democrática, na qual, por meio do trabalho, a parte da população que não detêm riqueza material acumulada, pode se inserir na sociedade econômica.²⁸

A função social representa o direito do trabalho como “meio de realização de valores sociais, preservando a dignidade do ser humano que trabalha.”²⁹

Por fim, a função coordenadora, segundo a qual “o direito do trabalho destina-se a coordenar os interesses entre o capital e o trabalho.”³⁰

²³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

²⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

²⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 54

²⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

²⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. Ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

²⁸ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 58.

²⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

Para Maurício Godinho Delgado, há a função modernizante progressista que muito se assemelha a coordenadora, apresentada por Amauri Mascado.

A função modernizante e progressista apresenta-se em duas vertentes, de um lado, há a valorização do trabalho o que contribui para a distribuição de renda, e do outro, a estimulação do empregador para investir no aperfeiçoamento de sua mão de obra, alavancando a produtividade.³¹

De qualquer modo, seja qual for a concepção adotada doutrinariamente, certo é que o direito do trabalho surge para proteger os direitos que foram conquistados através de muita luta.

Associada a importância que o trabalho representa na vida do homem, deve-se buscar mecanismos para que os direitos sejam efetivamente cumpridos e que atenuem o desemprego.

A CLT não impede que o empregador exerça o seu poder potestativo de dispensar o empregado, ou que o empregado peça demissão ou ainda que esse seja dispensado por justa causa, contudo, existem obrigações pecuniárias decorrentes do término da relação contratual que servem como mecanismo de atenuação do desemprego.

Seja qual for a modalidade de rescisão, existem verbas a serem adimplidas ao término do contrato de trabalho, e em razão de serem onerosas em algumas modalidades, servem como um desestímulo a dispensa do empregado.³²

Pode-se considerar como onerosas as obrigações oriundas do término do contrato de trabalho por prazo indeterminado na dispensa sem justa causa, uma vez que são devidas inúmeras parcelas, tais como: saldo de salário, aviso prévio proporcional, décimo terceiro salário proporcional, férias

³⁰ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 68-69

³¹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 55

³² ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias**. Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2016

vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3, multa de 40% sobre o FGTS e entrega das guias para saque do seguro desemprego e movimentação dos depósitos fundiários.

Contudo, em que pese as obrigações rescisórias sejam um mecanismo que tente atenuar o desemprego, a dispensa imotivada do empregado ocorre constantemente.

Simultaneamente a dispensa, também tem ocorrido o inadimplemento das obrigações devidas, seja pelo custo financeiro das verbas rescisórias, seja pela expectativa de o empregado pleitear ou não judicialmente seus direitos e lá ser condicionado a realizar um acordo, em valor inferior ao efetivamente devido.³³

Jorge Luiz Souto Maior, discorre sobre tais possibilidades em seu texto “A seita secreta para a efetivação dos direitos trabalhistas”:

“[...] a empregadora do irmão do meu aluno poderia, ao dispensá-lo, valer-se do mesmo procedimento adotado pela ex-empregadora do meu amigo e, assim, para que aquele recebesse as verbas rescisórias e satisfizesse suas necessidades alimentares teria que se submeter a uma reclamação trabalhista imposta pela sua ex-empregadora, na qual, segundo sustenta a doutrina, o princípio da irrenunciabilidade já não tem incidência e, então, fazer um "acordo" com para receber as tais verbas, dando quitação das horas extras não recebidas, do adicional noturno, dos domingos trabalhados, do adicional de insalubridade e de todos os reflexos consequentes, sem recebê-los, evidentemente.”³⁴

O drama de tal quadro é que o inadimplemento das verbas rescisórias representa grave risco ao sustento digno dos trabalhadores, já que, não bastasse o desemprego, e consequentemente, a perda do meio de sustento, o trabalhador fica sem os recursos provenientes da rescisão que poderiam atenuar os efeitos da ruptura do vínculo empregatício.

³³ ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias.** Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

³⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A seita secreta para a efetivação dos direitos sociais**, 2005. Disponível em: <<http://www.anamatra.org.br/artigos/a-seita-secreta-para-a-efetivac-o-dos-direitos-sociais-06295243731043528>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

Prevendo a possibilidade de inadimplemento das obrigações rescisórias, a legislação trabalhista prevê em seu artigo 477, § 6º dois prazos para adimplemento das verbas rescisórias.

Quando cumprido o aviso prévio, o pagamento deve ocorrer no primeiro dia útil imediato ao término do contrato, porém, se ausente, indenizado ou dispensado o seu cumprimento, deve ocorrer o pagamento das parcelas até o décimo dia, contado da notificação da demissão:

“Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970)

§ 6º - O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)”³⁵

Caso haja o descumprimento do prazo, incidirá a multa no valor de um salário, prevista no artigo 477, § 8 da CLT:

“§ 8º - A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)”³⁶

Entretanto, embora exista previsão legal impondo uma sanção ao descumprimento da obrigação rescisória, esta não tem sido efetiva ao fim que se presta, ou seja, não foi capaz de inibir a conduta de inadimplir as verbas, não servindo de desestímulo, uma vez que inadimplemento continua ocorrendo.

³⁵ BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

³⁶ BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Por esta razão, deve-se questionar a aplicabilidade de um instituto jurídico capaz de desestimular a conduta dolosa de empregados que retém as verbas rescisórias, o qual se presta a responsabilidade civil, sendo esta análise o objeto de estudo do presente trabalho.

2 RESPONSABILIDADE CIVIL NO INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A responsabilidade civil é um instituto que visa a reparação do dano causado a pessoa lesada em seu direito, seja ele na esfera moral ou patrimonial.

Neste âmbito, será analisada aplicação do instituto essencialmente quando inadimplidas as obrigações rescisórias. Contudo, deve-se abordar algumas questões introdutórias ao tema, como as funções do instituto e a possibilidade de sua presunção.

2.1 Aspectos gerais da responsabilidade civil

A responsabilidade civil é definida como instituto que obriga a reparação de um dano causado, seja por uma conduta dolosa, culposa ou até mesmo com ausência de culpa, bem como leciona Pablo de Paula Saul Santos.³⁷

Logo, percebe-se que a responsabilidade civil é voltada a conduta daquele que provoca algum dano a outra pessoa, para que seja responsabilizado civilmente a indenizar a vítima pelo dano causado, seja moral, ou material ou estético.

Nesse sentido, Maria Helena Diniz leciona que:

“A responsabilidade civil consiste na aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde ou por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.”³⁸

O instituto tem como finalidade reparar, prevenir os danos e puni-los. Contudo, para ser configurado, a doutrina majoritária entende ser

³⁷ SANTOS. Pablo de Paula Saul. **Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875. Acesso em: 01 jun. 2016.

³⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 7.

necessária a presença de três requisitos: ação ou conduta, dano e o nexo de causalidade.³⁹

A exigência de tais pressupostos está contida no artigo 186 do Código Civil, que prevê: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”⁴⁰

O primeiro pressuposto, a ação ou conduta, que segundo Gagliano e Pamplona Filho, é requisito essencial para a configuração da responsabilidade civil, uma vez que através da ação ou omissão o dano é causado, surgindo a necessidade de reparar.⁴¹

A conduta humana está concretizada no citado artigo 186 do Código Civil, através dos elementos “ação ou omissão” que remetem ao dolo, e “negligência, imprudência ou imperícia”, ligados a culpa.

Quando o sujeito viola deliberada e conscientemente o dever jurídico, incorre em dano, enquanto a negligência, imprudência ou imperícia, em culpa. Seja a conduta culposa ou dolosa, surge o ato ilícito, e, conseqüentemente, o dever de indenizar.⁴²

Embora a conduta humana seja elementar para a configuração do ato ilícito, o dever de indenizar não decorre pura e simplesmente desta. Exige-se também a presença do dano e do nexo causal, pois não haverá indenização sem a demonstração dos referidos requisitos.⁴³

³⁹ FERREIRA, Jessica da Silva. **O dano moral punitivo e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 54 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2014.

⁴⁰ BRASIL. **Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 2 jun. 2016.

⁴¹ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 31

⁴² GONCALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 67.

⁴³ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 63. v. 7.

Pode-se conceituar o dano como sendo “a lesão a um interesse jurídico tutelado – patrimonial ou não – causado por ação ou omissão do sujeito infrator.”⁴⁴

A doutrina evidência que o dano deve ser indenizável, o que para ocorrer, devem estar presentes três requisitos: violação a interesse jurídico patrimonial ou extrapatrimonial de pessoa física ou jurídica, a efetividade ou certeza do dano e que este subsista no momento em que se requer a indenização, o que significa dizer que não pode ter ocorrido sua reparação.⁴⁵

A violação a bem jurídico tutelado pode ser na esfera patrimonial ou moral, por esta razão divide-se o dano em moral e patrimonial.

O dano patrimonial é o prejuízo que atinge aos bens do titular, dividindo-se em lucros cessantes e danos emergentes. Os lucros cessantes representam aquilo que a pessoa lesada em seu direito deixou de lucrar, enquanto os danos emergentes, o que efetivamente se perdeu.⁴⁶

O dano moral, por sua vez, decorre de lesão a direito da personalidade. Segundo Gagliano e Pamplona Filho “o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade) violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente.”⁴⁷

Por fim, o nexa causal é a íntima ligação entre a conduta humana e o dano sofrido ou é o liame que une a conduta do agente (positiva ou negativa ao dano).⁴⁸

A breve introdução à responsabilidade civil, demonstra que se trata de um instituto com o objetivo de indenizar a pessoa prejudicada, fazendo

⁴⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 39

⁴⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 43-45.

⁴⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 45

⁴⁷ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 62

⁴⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 62

com que retorne ao status quo ante, a exceção do dano moral, que busca compensar a vítima pela dor moral sofrida, recaindo sobre este a análise do presente trabalho.

2.2 O dano moral na responsabilidade civil

Delimitado o estudo ao instituto do dano moral, serão exploradas as suas finalidades e possibilidade de sua presunção. Sendo esta conceituação necessária para adentrar na análise da aplicabilidade do dano moral no inadimplemento das obrigações rescisórias.

O que se pretende com os danos morais é a reparação a vítima, violada em seus direitos da personalidade, conforme prevê o artigo 5º, em seus incisos V e X da Constituição Federal de 1988:

“Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”⁴⁹

A reparação da pessoa lesada em direito da personalidade, consiste na função compensatória do dano moral. A doutrina tradicional compreende que esta seja a principal finalidade da responsabilidade civil, pois, é possível fazer com que a pessoa lesada retorne ao *status quo ante*, o que significa dizer retornar a situação anterior ao dano.⁵⁰

Assim destaca Sergio Cavalieri Filho:

“O dano causado pelo ato ilícito rompo o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no statu quo ante.

⁴⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <<http://www.planalto.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

⁵⁰ OLIVEIRA, Rodrigo Pereira Ribeiro de. **Dano moral e seu caráter desestimulador**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_22832041_DANO_MORAL_E_SEU_CARATER_DESESTIMULADO_R>. Acesso em: 29 ago. 2016.

Impera neste campo o princípio da restitutio in integrum, isto é, tanto quanto possível, repõe-se a vítima a situação anterior à lesão.”⁵¹

Contudo, a doutrina mais moderna identificou a necessidade de ampliar o instituto para além da vítima, alcançando também o causador do dano. Daí surge a função punitiva.⁵²

A função punitiva consiste em uma sanção imposta ao ofensor, com o intuito de desestimulá-lo, atribuindo a indenização um caráter pedagógico-punitivo, evitando, assim, a prática de novos atos danosos.

Carlos Alberto Bittar adota a dupla função dos danos morais, ao tratar que de um lado, pretende-se a reparação da esfera jurídica da pessoa lesada, noutro, a sanção ao causador do dano, bem como também a sociedade, evitando a prática do dano.⁵³

A função punitiva aplicada pela doutrina e jurisprudência brasileira se espelha do punitive damages, aplicado no sistema Common Law, especificamente no direito norte americano, contudo, não é igual.⁵⁴

No *punitive damages*, há dois pressupostos: a punição do autor do dano e a prevenção de nova conduta danosa. Para além da reparação do dano, o que se evidencia também é o caráter vingativo da punição aplicada.⁵⁵

Nos casos em que é aplicado, são atribuídas indenizações altíssimas, até mesmo superiores ao dano, com os objetivos de compensar e efetivamente punir.⁵⁶

⁵¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/marienfa/srgio-cavaliere-filho-programa-de-responsabilidade-civil-10-edicao-2012-1>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

⁵² OLIVEIRA, Rodrigo Pereira Ribeiro de. **Dano moral e seu caráter desestimulador**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_22832041_DANO_MORAL_E_SEU_CARATER_DESESTIMULADO_R>. Acesso em: 29 ago. 2016.

⁵³ BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais 1997. p. 26

⁵⁴ SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano moral & punitive damages**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 60.

⁵⁵ ZANON, André Ricardo Moncaio. **Aplicação da função punitiva e da indenização punitiva aos danos morais**. 2010. 66 f. Monografia (graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2010.

⁵⁶ ZANON, André Ricardo Moncaio. **Aplicação da função punitiva e da indenização punitiva aos danos morais**. 2010. 66 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2010.

Um caso relevante, ocorrido nos Estados Unidos, que estimulou a condenação por dano moral em sua função punitiva, foi o Ford Pinto.

Tratava-se de um veículo barato e econômico que após ser colocado em circulação, ocorreram diversos incêndios, vitimando os passageiros. Apuradas as circunstâncias dos incidentes, se concluiu que era um problema do veículo, que era de conhecimento da marca antes mesmo de ser colocado em circulação.⁵⁷

A Ford efetuou os cálculos indenizatórios e concluiu que seria menos oneroso pagar as indenizações pelas mortes ocorridas do que efetuar os devidos reparos nos automóveis.

Neste caso, a função punitiva do dano moral mostrou-se essencial para inibir a conduta de se descumprir a lei, principalmente quando o critério utilizado é o custo em adimpli-la.

Por sua vez, no Brasil, o caráter punitivo do dano moral tem por objetivo o desestímulo, impondo uma indenização em valor suficiente para que a efetividade da prevenção, evitando a reiteração do conduta danosa, sem gerar o enriquecimento sem causa da pessoa lesada.⁵⁸

No mais, Adriano Stanley trata que o caráter pedagógico ou punitivo é intrínseco a toda sentença proferida no Brasil:

“Em primeiro lugar, não precisamos jamais de nos utilizarmos dos punitive damages para impor um caráter pedagógico às nossas sentenças judiciais. Este caráter é ínsito a toda sentença. Porque um empregador, por exemplo, paga pontualmente ao seu empregado? Além do fato de ser sua obrigação, ele conhece, certamente, casos de condenação trabalhistas de empregadores que não cumpriram com aquela obrigação.”⁵⁹

⁵⁷ **Ford Pinto, um dos carros mais perigosos já lançados – explosões em colisões traseiras, 2015.** Disponível em: <<http://revista.socarao.com.br/no-socarao/historia-socarao-antigo/ford-pinto-um-dos-carros-mais-perigosos-ja-lancados-explosoes-em-colisoes-traseiras>>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁵⁸ ZANON, André Ricardo Moncaio. **Aplicação da função punitiva e da indenização punitiva aos danos morais.** 2010. 66 f. Monografia (graduação) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2010.

⁵⁹ SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano Moral & Punitive Damages.** 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 61.

A aplicação da função punitiva não é pacífica na doutrina, é possível verificar contraposições a aplicação da função punitiva, sob argumento de que seria uma sanção penal aplicada na esfera civil, o que é equivocado e deve ser superado.⁶⁰

Não há se falar em pena civil em razão da aplicação do efeito punitivo do dano moral, uma vez que possui a função pedagógica de desestimular o lesante a novamente praticar a conduta danosa.

É possível notar que a função punitiva ou desestimuladora do dano moral enriquece o instituto da responsabilidade civil, tornando-a mais efetiva, uma vez que além de compensar, também conscientiza o agente lesante que não deve reiterar a conduta.

2.3 A presunção do dano moral

Superada a análise das funções do dano moral, deve-se abordar a possibilidade de sua presunção, o que é de extrema relevância para adentrar a problematização do seu cabimento ao inadimplemento das obrigações rescisórias.

Para que haja condenação a indenização por danos morais, é necessário demonstrar a presença dos requisitos da responsabilidade civil já mencionados: a conduta, o dano e o nexo causal.

Ocorre que em determinados casos, o dano moral é considerado presumido, não havendo necessidade de se comprovar a ofensa sofrida aos direitos da personalidade.

O dano moral presumido, ou também *in re ipsa*, pode ser verificado em alguns julgados proferidos pela Justiça comum cível e Justiça do Trabalho, sendo necessária a comparação para verificar como este vêm sendo aplicado.

⁶⁰ FERREIRA, Jéssica da Silva. **O dano moral punitivo e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 57 f. Monografia (graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2014.

Inicialmente, no direito civil, temos a aplicação do dano moral no caso de atraso na entrega das fotos do casamento, no qual, o Tribunal de Justiça de São Paulo, na apelação 0023464-24.2012.8.26.0005, condenou a empresa ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) devido o atraso, por meses, da entrega de fotos do casamento, em razão dos transtornos e sofrimentos desnecessários gerados a parte autora.⁶¹

Condenou-se também a indenização por danos morais pelo noivado rompido sem motivação, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na apelação 593080112, no qual, segundo Maria Berenice Dias, é necessário analisar critérios para sua aplicação:

“a) que a promessa de casamento tenha sido feita, livremente, pelos noivos e não por seus pais. b) que tenha havido recusa de cumprir a promessa esponsalícia por parte do noivo arrependido e não dos seus genitores, desde que esta tenha chegado ao conhecimento da outra parte. c) que haja ausência de motivo justo, dando ensejo à indenização do dano, uma vez que, neste caso, não há responsabilidade alguma se não houver culpa grave (erro essencial, sevícia, injúria grave, infidelidade); leve (prodigalidade, condenação por crime desonroso, aversão ao trabalho, falta de honestidade etc.); levíssima (mudança de religião, grave enfermidade, constatação de impedimentos ignorados pelos noivos, etc.); d) que exista dano, pois comumente o desfazimento do noivado traz repercussões psicológicas, pecuniária e morais”⁶²

O STJ, por sua vez, estabeleceu alguns casos em que o dano moral *in re ipsa* será aplicado, como quando ocorre a inscrição indevida do nome no cadastro de inadimplentes e também quando há atrasos de voo, o que chama-se de overbooking, em razão dos transtornos causados ao passageiro que pagou pelo serviço prestado de forma defeituosa.⁶³

Na Justiça do Trabalho, por sua vez, verifica-se a incidência dos danos morais em várias hipóteses, contudo, destaca-se sua aplicação *in re ipsa* quando não há anotação na carteira de trabalho (CTPS).

⁶¹ GONCALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 575.

⁶² FREDERICO, Alencar. **A responsabilidade civil pelo rompimento do noivado**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1789>. Acesso em: 07 jun. 2016.

⁶³ FIGUEIREDO, Laurady. **Dano moral presumido**. Disponível em: <<http://www.oabdeprimeira.com.br/como-passar-na-oab-2/dicas-da-laurady/dano-moral-presumido/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Conforme o entendimento proferido pela 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, a falta de anotação infringe ao princípio da dignidade da pessoa humana, por gerar “sentimento de abandono, clandestinidade e marginalização, atingindo o empregado, sua família e a sociedade”:

“I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. VÍNCULO DE EMPREGO. Quando o acolhimento das arguições da parte depender, antes, do revolvimento de fatos e provas - iniciativa infensa ao recurso de revista (Súmula 126/TST) -, impossível se faz o processamento do apelo. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DO CONTRATO NA CTPS. O quadro descrito no acórdão regional permite concluir pela existência de dano moral, em face da inobservância, pelo empregador, do direito primordial do trabalhador de ter o seu contrato de emprego anotado em carteira de trabalho e previdência social, que lhe possibilita o acesso aos benefícios assegurados somente àqueles formalmente registrados. Recurso de revista conhecido e provido.”⁶⁴

Além disso, entendeu-se que a falta de anotação na carteira de trabalho, impede o acesso do trabalhador aos benefícios previdenciários, FGTS, a abertura de contas, crediários, dentre outras coisas.⁶⁵

Ressalta-se que, neste caso, não houve necessidade de comprovação do dano, porquanto foram considerados presumíveis diante a conduta patronal de não anotar a CTPS do empregado.

A mesma presunção tem sido admitida em casos de inadimplemento dos salários, a despeito de certa divergência jurisprudencial.

Primeiramente, com precedentes da 5ª e 8ª Turmas, entende-se que o simples atraso nos salários não atinge aos valores inerentes a

⁶⁴ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista com Agravo nº 125300-74.2009.5.15.0046**. do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Brasília, DF, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%20125300-74.2009.5.15.0046&base=acordao&numProcInt=129291&anoProcInt=2012&dataPublicacao=31/10/2012%2007:00:00&query=>>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

⁶⁵ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista com Agravo nº 125300-74.2009.5.15.0046**. do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Brasília, DF, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%20125300-74.2009.5.15.0046&base=acordao&numProcInt=129291&anoProcInt=2012&dataPublicacao=31/10/2012%2007:00:00&query=>>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

personalidade da pessoa, sendo necessário demonstrar o abalo a esfera patrimonial e moral.⁶⁶

Por outro lado, entendem os ministros relatores de oito turmas do Colendo Tribunal que o atraso no pagamento dos salários implica na reparação por danos morais, em virtude do sofrimento sofrido pelo empregado, devido a dúvida sobre a disponibilidade de sua remuneração⁶⁷

Além disso, fundamentam que a indenização justifica-se pelo fato de que o empregado se verá tolhido, ainda que por tempo determinado, dos recursos essenciais a sua subsistência, uma vez que trata-se de parcela com natureza alimentar, bem como prevê o artigo 7, inciso X da Constituição Federal.⁶⁸

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.”⁶⁹

A possibilidade de indenização por danos morais em decorrência do não pagamento dos salários, bem como sua proteção, tanto no direito material quanto no processual, é decorrente sua natureza alimentar, uma vez que possibilita a sobrevivência do empregado e por ser, na maioria das vezes, ser sua única fonte de renda.⁷⁰

A abordagem de aplicação do dano moral *in re ipsa* é essencial para tratar da possibilidade de aplicação dos danos morais no inadimplemento das verbas rescisórias, conquanto será feita uma análise

⁶⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. **Configuração do dano moral na hipótese de mora salarial**, 2016. Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/jurisprudencia/jurisprudencia-comparada/1-1-dano-moral/1-mora-salarial/>>. Acesso em: 10 jun.2016.

⁶⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. **Configuração do dano moral na hipótese de mora salarial**, 2016. Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/jurisprudencia/jurisprudencia-comparada/1-1-dano-moral/1-mora-salarial/>>. Acesso em: 10 jun.2016.

⁶⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. **Configuração do dano moral na hipótese de mora salarial**, 2016. Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/jurisprudencia/jurisprudencia-comparada/1-1-dano-moral/1-mora-salarial/>>. Acesso em: 10 jun.2016.

⁶⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <<http://www.planalto.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

⁷⁰ ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias**. Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

comparativa a fim de verificar a viabilidade ou não da aplicação, que será realizada no subtópico seguinte.

2.3 Danos morais para inibir a conduta de inadimplir o pagamento das obrigações rescisórias

As verbas rescisórias são devidas sempre que há o término do contrato de trabalho, devendo ser quitadas pelo empregador no prazo adequado, previsto no artigo 477, § 6 da CLT, e caso descumprida, incidirá a multa prevista no artigo 477, §8º da CLT.

Em que pese a previsão de multa em caso de inadimplemento, a ausência de pagamento das verbas tem sido uma prática cada vez mais frequente, seja de forma intencional ou não.

Dentre as possíveis motivações para esta conduta, tem-se o elevado custo financeiro das verbas rescisórias, especificamente no término do contrato por prazo indeterminado por iniciativa do empregador.

Além disso, justifica-se também pela expectativa de o empregado pleitear, ou não, judicialmente seus direitos e lá ser condicionado a realizar um acordo, em valor inferior ao efetivamente devido.

Diante a ineficácia da sanção prevista na CLT para inibir o inadimplemento das verbas rescisórias, pensa-se no instituto do dano moral em seu caráter punitivo como meio eficaz de combater o inadimplemento das obrigações rescisórias.⁷¹

Questiona-se sua aplicação devido o fato de o recebimento das verbas rescisórias ser um direito de todos os empregados, deixar de adimplir com o seu pagamento, além de gerar prejuízos financeiros, afeta a direitos intrínsecos a pessoa, bem como se vê em acórdão proferido pela 2ª Turma do Tribunal Regional da 9ª Região, no julgamento do Recurso Ordinário:

⁷¹ OLIVEIRA, Rodrigo Pereira Ribeiro de. **Dano moral e seu caráter desestimulador**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_22832041_DANO_MORAL_E_SEU_CARATER_DESESTIMULADO>. Acesso em: 31 ago. 2016.

“[...] friso ser inegável que o não recebimento oportuno da contraprestação pecuniária (salários/verbas rescisórias) causa prejuízos nefastos na vida social do trabalhador, assim como transtornos financeiros e constrangimentos, que acabam por afetar, indubitavelmente, a higidez psíquica, a honra e a dignidade da pessoa humana”.⁷²

É necessário considerar que as obrigações rescisórias são devidas no término do contrato de trabalho, portanto, o empregado estará em situação de desemprego e, conseqüentemente, ameaçado de seu sustento, situação esta que se agrava diante o inadimplemento de tais parcelas.

Diante essa situação, deve-se pensar na aplicabilidade dos danos morais quando inadimplidas as verbas rescisórias. Nesse sentido, o Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues:

“raciocínio diverso teria como consequência a desconsideração de diretrizes constitucionais do Estado Democrático de Direito, como, pro exemplo, os que privilegiam a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o respeito aos direitos sociais dos trabalhadores, a proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa [...]”⁷³

Contudo, deve-se atentar ao fato de que o instituto limita-se a reparação da vítima, bem como leciona Rodrigo Pereira Ribeiro de Oliveira:

“A preocupação é exclusivamente com a figura da vítima, cujo dano se busca apagar ou ao menos minorar, não importando a reprovabilidade da conduta do ofensor, a intensidade da sua culpa, a fortuna, o proveito por ele obtido com o ilícito ou quaisquer outras circunstancias que a ele digam respeito.”

Portanto, além da compensação ou reparação, a aplicação do dano moral deve observar também o caráter preventivo ou desestimulador, que é o caráter preventivo-pedagógico da indenização, visando aquele que agride ao direito da personalidade, o empregador.⁷⁴

⁷² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (9ª Região). **Recurso Ordinário n. 0021-2013-036-09-00-4**. 2ª Turma. Paraná, PR, 1 de abril de 2014. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Elementos da pesquisa: Dano moral. Verba rescisória

⁷³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário n. 0000176-89.2010.5.15.0032**. 2ª Turma. Campinas, SP, 15 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/60422371/trt-15-16-10-2013-pg-1134>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

⁷⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 01463003220085010022**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2014. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120117419/recurso-ordinario-ro-1463003220085010022-rj>>. Acesso em: 05 jun. 2016. Elementos de pesquisa: caráter preventivo-pedagógico do dano moral.

A aplicação do caráter punitivo se prestaria, neste caso, a evitar que o empregador novamente incida na conduta de inadimplir com as obrigações pecuniárias, evitando assim novos danos.

Sob esta ótica, Rodrigo Pereira de Oliveira leciona:

“Tal entendimento vem caminhando no sentido de que a responsabilidade civil desempenha também uma função preventiva, ou seja, vislumbrando evitar futuros danos, aplicando-se assim uma sanção pecuniária não relacionada diretamente com a extensão do dano, mas com o intuito de prevenir a prática de novos comportamentos ilícitos”⁷⁵

A dupla finalidade do dano moral foi reconhecida em acórdão proferido pela Quinta Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, em análise do RO 463003220085010022, no qual se evidencia a importância relevância da função punitiva.⁷⁶

RECURSO ORDINÁRIO. MENSURAÇÃO DO DANO MORAL. PARÂMETROS.

A finalidade da reparação do dano moral aponta para duas forças convergentes. **Uma, de caráter compensatório, representa a atenuação da dor; outra, possui matiz punitivo. Num cenário capitalista sem rédeas, a pena expressa em pecúnia assume relevante significado na prevenção de novos danos.** É o que a doutrina denomina caráter preventivo-pedagógico da indenização por dano moral. O quantum atinente à indenização, entretanto, será melhor arbitrado se alcançar o perfeito equilíbrio entre a possibilidade pecuniária do ofensor e a necessária reparabilidade ao ofendido, de modo tal que não represente um minus em relação àquele, incapaz de fazê-lo repensar suas atitudes, e que não configure enriquecimento sem causa deste. Recursos Ordinários conhecidos e não providos. **(grifos nossos)**

Além de se considerar a aplicação da dupla função do dano moral, o simples fato de serem inadimplidas as verbas rescisórias tende a aplicação in re ipsa do dano moral.

⁷⁵ SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano Moral & Punitive Damages**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 53.

⁷⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. **Recurso ordinário nº 8643020115010283**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24958953/recurso-ordinario-ro-8643020115010283-rj-trt-1>>. Acesso em: 03 jun. 2016. Elementos de pesquisa: caráter preventivo pedagógico da indenização

Logo, basta a constatação do inadimplemento para ocorrer o dano, uma vez que, neste caso, presume-se que o empregado estará prejudicado em seu sustento, configurando, portanto, o dano.⁷⁷

No que diz respeito a aplicação do dano moral presumido, há precedente do Tribunal Superior do Trabalho, proferido no julgamento de Recurso de Revista, pela 2ª Turma, no qual se considera que havendo abalos psíquicos através da violação do direito a dignidade humana, a prova do dano é a própria existência do fato danoso.⁷⁸

"RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO (alegação de violação dos artigos 1º, III e 5º, V e X da CF/88 e divergência jurisprudencial).

O dano moral pode ser definido como lesão à -esfera personalíssima da pessoa- ou, para citar o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, pode ser conceituado como -violação do direito à dignidade humana-. Há possibilidade de que ele se evidencie no -desprestígio-, -na desconsideração social-, -no descrédito à reputação- e -na humilhação pública- do indivíduo. **Mas a existência do dano moral fica configurada quando ele é presumível, ou seja, quando, em face da ocorrência de determinado fato ofensivo, o sofrimento íntimo (dano/prejuízo moral) é esperado, provável, razoavelmente deduzido.** Sendo assim, sua existência decorre de uma presunção hominis, é fruto da intuição de qualquer um que, exercitando a capacidade de empatia e munido de certa imaginação, tenta colocar-se no lugar daquele que foi ofendido em sua dignidade, para assim concluir pela possibilidade de sofrimento psíquico. Essa presunção acerca da existência (ou não) do dano moral, em razão de algum acontecimento danoso, somente é possível, porque os indivíduos, a par de todas as suas particularidades e idiossincrasias (que é o que os tornam indivíduos), partilham da mesma condição humana e, em última análise, quase sempre sofrem (em maior ou menor grau) pelos mesmos motivos. **A 'prova' do dano moral, portanto, é a existência do próprio fato danoso - a partir do qual se presume sua existência.** Recurso de revista conhecido e provido." (RR-21400-53.2005.5.05.0027, 2ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT de 13.4.2012). **(Grifos nossos)**

A viabilidade da aplicação do dano moral presumido torna necessário a análise de critérios, a serem observados caso a caso, tais como

⁷⁷ SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano Moral & Punitive Damages**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 39.

⁷⁸ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista com Agravo nº 125300-74.2009.5.15.0046**. do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Brasília, DF, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%20125300-74.2009.5.15.0046&base=acordao&numProclnt=129291&anoProclnt=2012&dataPublicacao=31/10/2012%2007:00:00&query=>>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

a reiteração da conduta de inadimplir as verbas rescisórias ou se é um fato isolado, bem como se o prejuízo causado foi intencional ou mero incidente.⁷⁹

Diante tal complexidade, é necessário considerar que na análise de quaisquer dos elementos, o dano foi concretizado, uma vez que o empregado, no momento da extinção do contrato de trabalho, não recebeu as verbas que lhe eram devidas.

Ainda que a conduta do empregador tenha sido um fato isolado e não intencional, questiona-se pela aplicação do dano moral, mas em quantificação inferior ao empregado que tem o hábito de inadimplir as verbas, intencionalmente.

Tanto na esfera cível, quanto na trabalhista o dano moral presumido é aplicado.

Como demonstrado no subtópico anterior, na Justiça Comum encontra-se casos em que se reconheceu a presunção diante o atraso na entrega de fotos de casamento, em razão dos transtornos e sofrimentos desnecessários gerados, e também pelo noivado rompido sem motivação.

Nestes casos, os danos sofridos pelas vítimas não se diferem muito daqueles sofridos quando inadimplidas as obrigações, pois considerou-se as repercussões psicológicas sofridas pela vítima, o que também ocorre quando não há o pagamento das verbas.

Comparando com os danos decorrentes do inadimplemento das obrigações rescisórias, deve-se pensar nos efeitos de o empregado estar sem sua principal fonte de renda, e ainda, sem ter recebido as parcelas que lhe é de direito no momento da rescisão, o que repercute em seus direitos da personalidade.

Na Justiça do Trabalho, por sua vez, verificou-se a incidência dos danos morais quando não há anotação na carteira de trabalho (CTPS) e quando não há o pagamentos dos salários.

⁷⁹ SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano Moral & Punitive Damages**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. p. 60.

Conforme os julgados colacionados no subtópico anterior, o cabimento do dano moral na ausência de anotação na CTPS se justifica em razão de tal prática “impedir o acesso do trabalhador aos benefícios previdenciários, FGTS e a outros programas governamentais, constitui obstáculo, ainda, para abertura de conta, crediário, referências e etc.”⁸⁰

Não houve a necessidade de se comprovar o dano, porquanto foram considerados presumíveis diante a conduta patronal de não anotar a CTPS do empregado.

Sob ótica semelhante deve ser analisada a aplicação do dano moral no caso de inadimplemento das verbas rescisórias, uma vez não há diferença em relação aos prejuízos ocasionados.

Inadimplir com as verbas rescisórias atinge o empregado e refletirá em sua família, isso porque estará desempregado, sem sua principal fonte de renda e sem as parcelas que poderiam lhe proporcionar o sustento até encontrar novo emprego.

No que tange ao inadimplemento dos salários e o cabimento dos danos morais, apesar da divergência jurisprudencial apontada no subtópico anterior, é possível observar que a maioria das turmas do Tribunal Superior do Trabalho tenderam a aplicação do dano moral *in re ipsa*, em razão da angustia sofrida pelo empregado sobre a disponibilidade de sua remuneração, gerando sofrimento capaz caracterizar prejuízo a sua moral.⁸¹

A possibilidade de indenização por danos morais em decorrência do não pagamento dos salários, bem como sua proteção, tanto no direito material quanto no processual, é decorrente sua natureza alimentar, uma vez

⁸⁰ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista com Agravo nº 125300-74.2009.5.15.0046**. do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Brasília, DF, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%20125300-74.2009.5.15.0046&base=acordao&numProcInt=129291&anoProcInt=2012&dataPublicacao=31/10/2012%2007:00:00&query=>>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

⁸¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. **Configuração do dano moral na hipótese de mora salarial**, 2016 Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/jurisprudencia/jurisprudencia-comparada/1-1-dano-moral/1-mora-salarial/>>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

que possibilita a sobrevivência do empregado e por ser, na maioria das vezes, sua única fonte de renda.⁸²

É perceptível a proteção ao salário durante a vigência do contrato de trabalho, contudo, deve-se atentar que as verbas rescisórias constituem parcelas salariais, mas devidas ao término do contrato, e que merecem a mesma proteção para que sejam devidamente adimplidas, pois também possuem caráter alimentar.

Enfatiza Francisco Rossal de Araújo que:

“A legislação material e processual protege o salário (em sentido lato) não só no que diz respeito ao desenvolvimento do contrato, mas também no que diz respeito ao seu final. Nesse momento é que se apuram os valores decorrentes da obrigação principal e valores que gravitam em seu entorno. É um “acerto de contas” no qual toda a contratualidade é passada a limpo. Pelo fato de serem apuradas apenas na rescisão contratual, essas parcelas salariais não perdem a sua natureza e continuam a merecer toda a proteção que gozavam enquanto o contrato de emprego se mantinha em vigor”⁸³

Embora o objeto do trabalho não seja analisar a aplicabilidade do dano moral no inadimplemento dos salários, importante mencionar que assim como quando inadimplidos os salários, presume-se, com o não pagamento das verbas rescisórias, que o trabalhador estará prejudicado em suas necessidades primárias.

Da mesma forma que o salário é protegido pela legislação, devem ser as verbas rescisórias, uma vez que também possuem natureza salarial, e são utilizadas para atenuar o estado de desemprego, momento de extrema dificuldade e vulnerabilidade do empregado.⁸⁴

Pode-se aferir que a indenização por dano moral no inadimplemento das verbas rescisórias não deve se limitar a prova do dano,

⁸² ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias.** Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

⁸³ ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias.** Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

⁸⁴ RODRIGUES, Lidianne Kelly Nascimento. **Dano moral pelo inadimplemento do salário**, 2009. Disponível em: <<http://lidiannekelly.blogspot.com.br/2009/03/dano-moral-pelo-inadimplemento-de.html>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

mas em observar que o trabalhador foi ferido em sua cidadania, o que faz ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.

O empregado não terá condições de manter-se até encontrar novo emprego em razão do descumprimento do seu direito ao recebimento das verbas rescisórias, repercutindo na sua subsistência e de sua família, o que permite concluir que o dano é evidente, portanto, presumível.

Os questionamentos apontados fazem refletir a aplicação do dano moral, em seu caráter punitivo, bem como sua aplicação presumida, por tratar-se de violação a direitos da personalidade.

Contudo, para que se chegue a uma conclusão, é importante, também, verificar o posicionamento adotado pelos Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho, o que será feito a seguir.

3 POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL A RESPEITO DA APLICABILIDADE DOS DANOS MORAIS NO INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Neste núcleo, serão colacionados elementos relacionados ao posicionamento dos Tribunais Trabalhistas, em todas as regiões, bem como o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho acerca da aplicação dos danos morais no inadimplemento das verbas rescisórias.

Ressalta-se que para fins de busca, utilizou-se as expressões: indenização por danos morais e inadimplemento das verbas rescisórias.

Cumprido esclarecer que, a partir dos termos de pesquisa utilizados, não foram encontrados julgados sobre o tema nos Tribunais Regionais do Trabalho da 7^a, 8^a, 11^a, 12^a, 13^a, 16^a, 17^a, 18^a, 22^a e 23^a regiões.

3.1 Tribunais Regionais do Trabalho

A pesquisa levantada no Tribunal Regional do Trabalho da 1^a Região revela que há divergência entre suas dez turmas. Enquanto algumas turmas tendem pela aplicabilidade do dano moral, outras não, havendo, inclusive, divergência entre os desembargadores cuja turma volta-se a inaplicabilidade.

Aqueles que adotaram a inaplicabilidade, assim entendem pelo fato de que para a caracterização do dano moral, é necessário demonstrar o ato danoso do empregador, o dano suportado pelo trabalhador, e o nexo causal.⁸⁵

A simples alegação de que a inadimplência das verbas resultaram em prejuízos financeiros por parte do trabalhador não demonstra, por si só, a ofensa a sua honra e moral, sendo imprescindível que a parte produza provas capazes de demonstrar a ofensa sofrida.⁸⁶

⁸⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1^a Região. **Recurso Ordinário n. 00113453620145010028**. 3^a Turma. Rio de Janeiro, RJ, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322086948/recurso-ordinario-ro-113453620145010028-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁸⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1^a Região. **Recurso Ordinário n. 00113453620145010028**. 3^a Turma. Rio de Janeiro, RJ, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322086948/recurso-ordinario-ro-113453620145010028-rj>>.

Além disso, sustentou a 4ª Turma que embora exista o dano material, este é reparado com a condenação do empregado ao pagamento das prestações em atraso, acrescidas de juros e atualizadas monetariamente, além das multas aplicáveis em razão do atraso, não havendo que se falar em danos morais.⁸⁷

Na mesma linha de raciocínio posicionou-se a 5ª Turma, ao esclarecer que, para a caracterização do dano moral no Direito do trabalho, é necessária a presença de todos os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico, quais sejam: ação ou omissão, resultado lesivo, o nexo de causalidade entre dano e ação e o ato ilícito ou abusivo do empregador.⁸⁸

Concluiu-se que, embora o inadimplemento represente uma condição desfavorável ao trabalhador, “o inadimplemento dos haveres resilitórios, por si só, não acarretam uma situação desfavorável ao trabalhador, não ofendem seu patrimônio ideal (=moral)”.⁸⁹

Destaca-se o entendimento da 8ª Turma, na qual houve divergência entre o posicionamento do relator com os demais componentes da turma.

Entendeu-se que inadimplemento das verbas contratuais e rescisórias, não dá ensejo a reparação por danos morais, uma vez que é um mero descumprimento contratual, e os danos dela decorrentes possuem natureza patrimonial, sendo reparados com o pagamento das verbas na sentença.⁹⁰

A relatora, por sua vez, compreende que o descumprimento das obrigações rescisórias dá ensejo ao pagamento de indenização em

1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322086948/recurso-ordinario-ro-113453620145010028-rj>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁸⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 0000955722013501034**. 4ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 23 de julho de 2014. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/136611967/recurso-ordinario-ro-9557220135010341-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁸⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00110371820155010043**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 21 de março de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322857609/recurso-ordinario-ro-110371820155010043-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁸⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00110371820155010043**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 21 de março de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322857609/recurso-ordinario-ro-110371820155010043-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00112751020145010225**. 8ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/252937798/recurso-ordinario-ro-14911020145010451-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

decorrência do dano de natureza extrapatrimonial, dado que o trabalhador estará desprovido de verba de natureza alimentar num momento extremamente delicado, como é o desemprego, causando-lhe transtornos de ordem moral, pois estará prejudicado em seu sustento e de sua família.⁹¹

Seguindo a mesma linha de raciocínio da relatora, na qual se considera aplicável os danos morais quando inadimplidas as obrigações rescisórias, posicionou-se a 10ª Turma, considerando aplicável a indenização por danos morais.

Elucidou o relator que, tanto a doutrina quanto a jurisprudência “tem entendido que o dano moral decorre de ofensa aos chamados direitos da personalidade, que são os direitos subjetivos absolutos, incorpóreos e extrapatrimoniais, correspondentes aos atributos físicos, intelectuais e morais da pessoa.”⁹²

A Constituição Federal, em seu artigo 5, inciso X, assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, prevendo a indenização por dano moral decorrente da violação de tais direitos.⁹³

Considera-se, portanto, que “o dano moral está jungido ao desconforto sentimental do titular do direito ofendido, podendo ser caracterizado por todo sofrimento psicológico decorrente de aflição, turbção de animo, desgosto, humilhação, angústia, complexos, etc.”⁹⁴

⁹¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00112751020145010225**. 8ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/252937798/recurso-ordinario-ro-14911020145010451-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

Para a relatora, não há dúvidas de que a dispensa dos empregados, quando injustas, acompanhadas do inadimplemento das obrigações contratuais e rescisórias, caracteriza o dano moral.⁹⁵

No mais, considerou-se que:

“as verbas trabalhistas, nas quais se incluem as rescisórias, possuem caráter alimentar, sendo destinadas ao sustento do próprio empregado e de sua família, pelo que se conclui que tal inadimplemento já é suficiente para implicar ofensa a própria dignidade pessoal do trabalhador e de seus familiares.”⁹⁶

Neste caso, além do pagamento tardio das verbas que eram devidas ao empregado, há necessidade de ser indenizado.⁹⁷

E necessário observar que o deferimento do dano moral leva em consideração a presunção de que o ato de inadimplir com as verbas rescisórias gera, por si só, um prejuízo ao empregado.

O Tribunal Regional da 2ª região, por sua vez, também apresenta entendimento divergente.

A 1ª Turma fundamentou pela inaplicabilidade dos danos morais, ao argumento de que :

“o dano patrimonial sofrido pelo trabalhador em função da desobediência a legislação trabalhista e reparado com o pagamento da verba trabalhista e reparado com o pagamento da verga sonegada ou de suas diferenças, acrescida de correção monetária e juros de mora a partir do ajuizamento da ação.”⁹⁸

⁹⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁹⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00021711920145020046**. 1ª Turma. São Paulo, SP, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312044528/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-21711920145020046-sp-00021711920145020046-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

A condenação por danos mais acrescida do pagamento das verbas com correção monetária e juros de mora implicaria em bis in idem, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.⁹⁹

A 2ª Turma reafirma a inaplicabilidade do instituto quando inadimplidas as obrigações rescisórias, ao fundamento de que:

“o prejuízo do reclamante é de natureza patrimonial e comporta reparação com o pagamento das verbas rescisórias deferidas, que incluem a multa prevista no artigo 477, parágrafo 8º, e a cominada no artigo 467, ambos da CLT, que constituem penalidades específicas para o caso de atraso no pagamento das verbas rescisórias”.¹⁰⁰

A 5ª Turma considerou o inadimplemento das obrigações rescisórias como um mero dissabor, que não enseja a reparação por danos, “não podendo o julgador presumir um prejuízo a direitos imateriais, mormente quando a legislação traz, em seu bojo, penalidades pesadas para o não pagamento tempestivo das verbas de natureza material.”¹⁰¹

No mais, também há menção a necessidade de comprovar o prejuízo, não podendo presumir que algum dano foi causado, bem como se pode verificar nos julgados colacionados abaixo:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

A omissão do empregador em relação ao pagamento de verbas contratuais e rescisórias, não gera, necessariamente, o dever de indenizar, visto que para tal condenação é necessária a prova da existência do efetivo dano causado ao empregado e sua extensão, o que não restou demonstrado na hipótese em apreço. Isoladamente, a ausência de quitação dos haveres rescisórios não resultou em ofensa a direitos de personalidade, posto que não se verificou situação vexatória ou sofrimento especial decorrente do ato ilícito a merecer reparação, nos termos da legislação vigente. No mais, não houve qualquer comprovação nos autos quanto ao suposto dano material suportado pela autora em razão do

⁹⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00021711920145020046**. 1ª Turma. São Paulo, SP, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312044528/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-21711920145020046-sp-00021711920145020046-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 0002544200608602005**. 2ª Turma. São Paulo, SP, 16 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7531137/recurso-ordinario-record-2544200608602005-sp-02544-2006-086-02-00-5>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00015702320135020054**. 5ª Turma. São Paulo, SP, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312382202/recurso-ordinario-ro-15702320135020054-sp-00015702320135020054-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

inadimplemento das verbas rescisórias, restando novamente improcedente a insurgência da parte.¹⁰²

DANO MORAL NATUREZA PATRIMONIAL DA OBRIGAÇÃO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

A indenização por dano moral tem respaldo nas disposições legais do artigo 5º, incisos V e X da Constituição Federal, caracterizando-se pela violação de direitos individuais como intimidade, privacidade, honra e imagem da pessoa, sendo que para o seu reconhecimento é necessária a comprovação de grave ofensa a esses direitos. O descumprimento das obrigações patronais, como a falta de pagamento de salários e verbas rescisórias, possui nítida natureza patrimonial, de ordem econômica, e não moral.¹⁰³

Noutro giro, algumas turmas do Tribunal em análise sustentam a aplicabilidade do instituto.

A 4ª Turma prevê a possibilidade de indenização porque, além de o trabalhador estar desempregado, sem sua principal fonte de renda, o não pagamento das verbas rescisórias gera profundos abalos morais e materiais. Argumenta-se que:

“A desordem econômico-financeira vivida pela demandada diz respeito a má gestão e descumprimento da lei, não podendo redundar em prejuízos materiais ou morais para a trabalhadora. O pagamento dos títulos devidos apenas há de reparar as lesões patrimoniais, mas os danos sofridos ensejam o dever de indenizar, vez que a mora salarial e a omissão dos pagamentos legalmente previstos geraram insegurança e afetaram a dignidade da empregada.”¹⁰⁴

Observa-se na mesma turma o entendimento de que a conduta de inadimplir as verbas gera dano na esfera íntima do trabalhador, vez que tolhido de sua fonte de sustento, gera reflexos em todas as esferas de sua vida, aplicando-se, neste caso, o dano moral *in re ipsa*.¹⁰⁵

¹⁰² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00010747020135020061**. 6ª Turma. São Paulo, SP, 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/202260037/recurso-ordinario-ro-10747020135020061-sp-00010747020135020061-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00022320320145020005**. 7ª Turma. São Paulo, SP, 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312145217/recurso-ordinario-ro-22320320145020005-sp-00022320320145020005-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00031740720125020037**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 8 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/137610586/recurso-ordinario-ro-31740720125020037-sp-00031740720125020037-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00024807820105020014**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 19 de maio 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201963790/recurso-ordinario-ro-24807820105020014-sp-00024807820105020014-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

O dano *moral in re ipsa*, bem como na citada doutrina de Sergio Cavalieri, é aquele no qual se presume o dano, sendo desnecessário demonstrar a lesão na esfera íntima sofrida pelo trabalhador, uma vez que se dá no interior da personalidade.¹⁰⁶

Neste caso, comprovada a conduta culposa do empregador, demonstrado o nexo causal “entre o ato ilícito e o inequívoco dano moral” sofrido pelo trabalhador, deve-se reconhecer a responsabilidade pelo ressarcimento civil por dano moral nos moldes do artigo 186 do Código Civil.¹⁰⁷

O mesmo entendimento também é adotado pela 14ª Turma, conforme se verifica na ementa transcrita abaixo:

DANO MORAL. NÃO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

O não pagamento das verbas rescisórias ou o seu pagamento tardio viola o princípio da dignidade da pessoa humana e abala a intimidade do trabalhador, que como qualquer pessoa, tem inúmeras obrigações a serem salgadas em datas aprazadas, o que é feito com o salário que recebe e com maior dificuldade ainda com as verbas rescisórias. Trata-se de *damnum in re ipsa*, ou seja, o dano moral é decorrência do próprio fato ofensivo. Assim, comprovado o evento lesivo, tem-se como consequência lógica a configuração de dano moral, surgindo a obrigação do pagamento de indenização, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal, diante da ofensa aos direitos da personalidade.¹⁰⁸

No Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região verificou-se maior tendência a inaplicabilidade. Compreendeu-se que o mero inadimplemento, ainda que configure uma conduta ilícita, não é justificativa para a reparação por danos morais, devendo observar se a conduta foi grave o suficiente a ensejar a indenização.

¹⁰⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00024807820105020014**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 19 de maio 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201963790/recurso-ordinario-ro-24807820105020014-sp-00024807820105020014-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00024807820105020014**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 19 de maio de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201963790/recurso-ordinario-ro-24807820105020014-sp-00024807820105020014-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

¹⁰⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00046218320135020202**. 14ª Turma. São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/202352251/recurso-ordinario-ro-46218320135020202-sp-00046218320135020202-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

A 2ª Turma fundamentou a decisão ao argumento de que as obrigações rescisórias são dotadas de natureza alimentar e seu inadimplemento gera “desconforto, dissabor ou frustração ao trabalhador, notadamente no que concerne aos compromissos financeiros por ele assumidos”.¹⁰⁹

Contudo, “o mero inadimplemento das parcelas decorrentes do pacto laboral, ainda que evidenciem uma conduta ilícita do empregador, não podem caracterizar por si só justificativa para a reparação indenizatória por danos morais.”¹¹⁰

Segundo o relator, o trabalhador deve demonstrar que o inadimplemento lhe causou dor, sofrimento, transtornos e constrangimentos, a ponto de ensejar a reparação indenizatória.¹¹¹

O situação apresentada não enseja dano moral uma vez que a retenção dos valores rescisórias repercute apenas na esfera patrimonial, sendo recomposto com o pagamento das verbas, acrescidas de juros e correção monetária, além da multa prevista no artigo 477, § 8 da CLT em razão do atraso no adimplemento das parcelas.¹¹²

Por fim, trata que o não acolhimento dos danos morais não significa ser conivente com a conduta reprovável do empregador ou desconsiderar os problemas enfrentados pelo trabalhador, mas justifica-se

¹⁰⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

na não banalização do instituto, que não pode ocorrer simplesmente “pela inobservância ou mora no cumprimento da legislação trabalhista.”¹¹³

No mesmo sentido apresenta-se a 6ª Turma, conquanto posicionou-se pela improcedência dos danos morais, tendo em vista que “o inadimplemento patronal, por si só, não gera o dano moral”, bem como se verifica na ementa:¹¹⁴

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS NÃO CONFIGURADO.

Malgrado constitua procedimento reprovável o não cumprimento de obrigações trabalhistas, tal como o não pagamento pelas horas extras trabalhadas, esta conduta faltosa não se afigura dotada de gravidade suficiente para dar ensejo à indenização por dano moral, que se configura quando há ofensa direta aos direitos da personalidade, seja no tocante à integridade física, moral ou intelectual. Mero dissabor, aborrecimento, desconforto emocional ou mágoa, ou mesmo o simples melindre de um espírito mais sensível não gera agravo moral indenizável, sob pena de banalização do instituto.

Já no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região verificou-se duplo entendimento.

O voto proferido pelo relator da 1ª Turma foi no sentido de os prejuízos sofridos pelo atraso na quitação das verbas rescisórias, “não podem ser confundidos com ofensa a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem do trabalhador”, por esta razão, não se deve aplicar o instituto dos danos morais.¹¹⁵

Neste mesmo sentido, a 4ª Turma julgou improcedente o pedido de danos morais uma vez que o inadimplemento das obrigações rescisórias,

¹¹³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00008380820135030153**. 6ª Turma. Minas Gerais, MG, 28 de maio de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/123153007/recurso-ordinario-trabalhista-ro-838201315303003-0000838-0920135030153/inteiro-teor-123153017>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 000213270820145040023**. 1ª Turma. Porto Alegre, RS, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/258819837/recurso-ordinario-ro-213270820145040023-rs-0021327-0820145040023/inteiro-teor-258819907>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

é de ordem alimentar e material, não caracterizando, por si só, ofensa de ordem moral passível de indenização.”¹¹⁶

Já o acórdão proferido pelos desembargadores da 6ª Turma, julgou pela inaplicabilidade dos danos morais, sob o argumento de que não basta pleitear danos morais em decorrência do inadimplemento das verbas rescisórias, deve-se especificar os prejuízos sofridos, tendo em vista que o inadimplemento, por si só, não configura os danos morais.¹¹⁷

Contudo, não houve unanimidade pelos demais integrantes da turma, que divergiram do relator.

Os Desembargadores Raul Zoratto Sanvicente e Maria Cristina Schaan Ferreira entenderam que deve haver a condenação por danos morais *in re ipsa*, uma vez que em razão da natureza salarial da parcela, está presumido o abalo moral sofrido, porque não há condições de satisfazer as obrigações financeiras ou promover próprio sustento ou de sua família.”¹¹⁸

Pela procedência dos danos morais, também decidiu as 2ª e 9ª Turmas, conforme ementa colacionada abaixo:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESILITÓRIAS.

O inadimplemento das verbas resilitórias, assim como a não formalização da extinção do pacto laboral, mais do que meros descumprimentos contratuais, configuram dano extrapatrimonial passível de reparação, os quais geram indiscutível exposição do trabalhador frente à sociedade, a justificar, portanto, a condenação ao pagamento de indenização. Tendo em vista a extensão do dano, a capacidade econômica dos envolvidos e os parâmetros adotados por esta Turma Julgadora, em face da apreciação de situações análogas, impõe-se arbitrar o valor da indenização por

¹¹⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00221805420145040334**. 4ª Turma. Porto Alegre, RS, 11 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255767669/recurso-ordinario-ro-221805420145040334-rs-0022180-5420145040334/inteiro-teor-255767754>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00003346420145040662**. 6ª Turma. Porto Alegre, RS, 28 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/250560379/recurso-ordinario-ro-3346420145040662-rs-0000334-6420145040662/inteiro-teor-250560388>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹¹⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00003346420145040662**. 6ª Turma. Porto Alegre, RS, 28 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/250560379/recurso-ordinario-ro-3346420145040662-rs-0000334-6420145040662/inteiro-teor-250560388>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

dano moral no montante de R\$5.000,00. Recurso parcialmente provido.¹¹⁹

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. BAIXA DA CTPS.

Caso em que o atraso no pagamento das verbas rescisórias é presumível, levando-se em conta a determinação judicial, em sede de antecipação de tutela, para anotação da data da baixa do contrato de trabalho na CTPS do reclamante, o que gerou prejuízos que extrapolaram o limite do mero dissabor cotidiano. Devido o pagamento de indenização por danos morais.¹²⁰

No Tribunal Regional da 5ª Região, também se evidencia que algumas turmas têm adotado a aplicabilidade dos danos morais, sobretudo por ser presumível quando inadimplidas as obrigações rescisórias.

Neste contexto enquadra-se a 1ª Turma, que condenou ao pagamento de danos morais por considerar que o não pagamento injustificado fere ao princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que a retenção dos valores causa a angústia de não adimplir com suas obrigações, bem como resta demonstrado na ementa abaixo:

DANO MORAL. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. NÃO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. CABIMENTO.

Estando o empregado desprovido de emprego e sem receber o quanto lhe é devido, torna-se impossível honrar os compromissos assumidos com seus credores. Assim, o ato ilícito perpetrado pela recorrida, injustificadamente, lhe causa danos de monta extrapatrimonial que não necessitam de maior dilação probatória, pois presumíveis.¹²¹

¹¹⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00209164420145040029**. 2ª Turma. Porto Alegre, RS. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/227101127/recurso-ordinario-ro-209164420145040029-rs-0020916-4420145040029/inteiro-teor-227101152>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹²⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00008261720135040741**. 9ª Turma. Porto Alegre, RS. 10 de julho jul. 2014. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129134095/recurso-ordinario-ro-8281720135040741-rs-0000828-1720135040741/inteiro-teor-129134103>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹²¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00005653920135050132**. 1ª Turma. Minas Gerais, MG, 23 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262403255/recurso-ordinario-record-5653920135050132-ba-0000565-3920135050132/inteiro-teor-262403264>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

A 2ª Turma também se posiciona pela condenação por danos morais, inclusive presumido, diante a certeza que o inadimplemento das verbas rescisórias causa e não se limita a ordem material.¹²²

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO-PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DANO IN RE IPSA. CONFIGURAÇÃO PELA SIMPLES OCORRÊNCIA DO FATO.

O empregador, no momento em que não realiza o pagamento de verbas rescisórias devidas ao empregado que despede injustamente, causa-lhe prejuízos não apenas de ordem material, tendo-se como certo que o dano moral daí advindo é presumido, ou seja, in re ipsa, já que decorre do próprio fato em si, circunstância que dispensa a necessidade de apuração da existência de lesão de natureza extrapatrimonial.

Contrário ao cabimento dos danos morais, posiciona-se a 3ª Turma. Fundamenta que para que haja a indenização é necessário a violação a bens imateriais, atingindo a valores íntimos a personalidade, como a honra, a imagem ou a privacidade.

Além disso, consideram não ser possível presumir a existência do dano moral, uma vez que o direito a indenização requer “a presença simultânea do ato ilícito, do implemento do dano, do nexo causal e da culpa do réu.”¹²³

Nesse mesmo sentido decidiram as 4ª e 5ª Turmas:

AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO.

Ainda que reconhecida a ilegalidade na conduta do empregador, que não efetuou o pagamento das verbas rescisórias, a condenação em indenização por danos morais impescinde da prova da violação de direitos da personalidade e do nexo de causalidade entre ambos.¹²⁴

MORA NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

¹²² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00002913820145050133**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 21 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/248981393/recurso-ordinario-record-2913820145050133-ba-0000291-3820145050133>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹²³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 0000911152013505064**. 3ª Turma. Minas Gerais, MG, 9 de junho de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/197974231/recurso-ordinario-record-9111520135050641-ba-0000911-1520135050641>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹²⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00009347220145050431**. 4ª Turma. Minas Gerais, MG, 16 de junho de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201145029/recurso-ordinario-record-9347220145050431-ba-0000934-7220145050431/inteiro-teor-201145036>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

O relator da 3ª Turma decidiu que o não pagamento, por si só, não enseja a presunção de que o trabalhador tenha sofrido lesão em sua esfera privada, reconhecer pela procedência seria banalizar o instituto do dano moral.¹²⁶

Além disso, para fazer jus aos danos morais, o trabalhador deve fazer prova do prejuízo moral sofrido.¹²⁷

Encontrou-se na jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, julgado da 2ª Turma, o qual considerou o não cabimento do dano moral.

O argumento utilizado foi que “não basta o reconhecimento de que houve o atraso ou inadimplência de parte do pagamento dos salários e verbas trabalhistas”, além de que a inadimplência será reparada com o pagamento do que é devido, acrescido de atualização monetária e juros.¹²⁸

128 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Recurso Ordinário nº 00005042003656905**. 2ª Turma. Paraná, PR. 09 de julho de 2004. Disponível em: <<http://trt9.jus.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

Opostamente, a 6ª Turma assim entendeu, fundamentando que não havendo o pagamento das verbas, ocorre o inadimplemento contratual, violando o dever de agir com boa-fé objetiva, bem como menciona o relator:

“A boa-fé objetiva não se faz presente quando o empregador deixa de quitar os haveres trabalhistas, justamente no momento em que o autor deles mais necessita, porquanto já se encontra desprovido de sua fonte de subsistência. Se a despedida sem justa causa e exercício regular de direito potestativo, a ausência da remuneração, nesse ponto final do contrato, viola os bens imateriais do trabalhador.”¹²⁹

Por sua vez, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, também possui decisões divergentes.

A 3ª Turma adota o não cabimento dos danos morais, uma vez que o não pagamento das obrigações rescisórias configura mero descumprimento contratual, já prevendo a lei consequências próprias para tal conduta.¹³⁰

Trata também que, para que haja a configuração do dano moral, seria necessário um conjunto probatório “robusto e incontestado do abalo psíquico sofrido”.¹³¹

No mesmo sentido decidiu a 2ª Turma:

VERBAS RESCISÓRIAS. MORA. DANO MORAL. AUSÊNCIA. Ainda que a ausência do pagamento oportuno das verbas rescisórias ostente a potencialidade de causar, ainda que pela via reflexa, lesão ao patrimônio imaterial do empregado, pretensão fundada em eventos genéricos não revela o condão de produzir tal efeito.¹³²

Em que pese a 3ª Turma se posicione contra a aplicação, pode-se encontrar julgado no qual se reconhece como devido os danos morais, ao

9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19047282/5042003656905-pr-504-2003-656-9-0-5-trt-9.> Acesso em: 13 jun. 2016.

¹²⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011642012678908.** 6ª Turma. Paraná, PR. 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://trt-9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22111144/11642012678908-pr-1164-2012-678-9-0-8-trt-9>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹³⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 01645201201710009.** 3ª Turma Brasília, DF. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162914163/recurso-ordinario-ro-1645201201710009-df-01645-2012-017-10-00-9/relatorio-e-voto-162914173>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹³¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 01645201201710009.** 3ª Turma. Brasília, DF. 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162914163/recurso-ordinario-ro-1645201201710009-df-01645-2012-017-10-00-9/relatorio-e-voto-162914173>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹³² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 2226201101610007.** 2ª Turma. Brasília, DF. 13 de junho de 2012. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24389345/recurso-ordinario-ro-2226201101610007-df-02226-2011-016-10-00-7-ro-trt-10>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

considerar que o inadimplemento acarreta “constrangimento de ordem social, violando a honra e a imagem do trabalhador perante a comunidade social em que inserido”.¹³³

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVELIA E CONFISSÃO FICTA DO RECLAMADO. DEFERIMENTO DA PRETENSÃO.

Hipótese em que o Reclamante pretende receber indenização por danos morais, sob o argumento de que a ausência de quitação das verbas rescisórias acarreta dificuldades de manutenção da própria subsistência e de sua família. Declarada a revelia do Reclamado, com aplicação da confissão ficta, presumem-se verdadeiras as alegações iniciais, que são, efetivamente, gravadas da potencialidade de causar constrangimentos de ordem moral, violando a honra e a imagem do trabalhador perante a comunidade social em que inserido. Assim, evidenciado o prejuízo, a ação patronal ilícita e o nexo etiológico entre a ação e o resultado produzido, irrecusável a condenação à reparação moral postulada. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido.¹³⁴

No Tribunal Regional do Trabalho da 14^a região, os acórdãos encontrados demonstram a prevalência sob o não cabimento do dano moral.

A 1^a turma considerou devido o dano moral quando houver a inscrição do nome do trabalhador nos órgãos de proteção ao crédito (SERASA e SPC), o que permite concluir que será devido quando houver conjunto probatório que efetivamente demonstre o dano sofrido.¹³⁵

A 2^a Turma adota posicionamento semelhante, fazendo referência a necessidade de provas, bem como se vê na ementa:

DANO MORAL. REQUISITOS. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA.

O dano moral, para ser deferido, depende da comprovação nos autos dos elementos fundamentais para sua caracterização, notadamente alguma conduta do empregador ou seus prepostos que possa ter desencadeado prejuízo de ordem extrapatrimonial na vida do empregado. A inexistência de provas nos autos a despeito da alegada ofensa moral, obsta o reconhecimento da obrigação de reparar.

¹³³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região. **Recurso Ordinário nº 362201100110003**. 3^a Turma. Brasília, DF. 3 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24336073/recurso-ordinario-ro-362201100110003-df-00362-2011-001-10-00-3-ro-trt-10>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹³⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10^a Região. **Recurso Ordinário nº 362201100110003**. 3^a Turma. Brasília, DF. 3 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24336073/recurso-ordinario-ro-362201100110003-df-00362-2011-001-10-00-3-ro-trt-10>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹³⁵ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região. **Recurso Ordinário nº 63920074021400**. 1^a Turma. Rondônia e Acre, RO/AC. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://trt-14.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18885730/recurso-ordinario-trabalhista-ro-63920074021400-ro-0063920074021400>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Já no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região verificou-se divergência entre as turmas.

A 1ª Turma sustenta que a violação ao direito de recebimento das verbas rescisórias, embora cause transtornos, não tem o condão de, por si só, causar o dano moral, uma vez que “não fere direito a personalidade, ao bom nome, a moralidade ou o sentimento de estima do empregado, nem criar vexames ou constrangimentos”¹³⁶

Semelhante posicionamento é adotado pela 4ª Turma, bem como se verifica na ementa:

ATRASSO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL INDEVIDO.

O descumprimento de obrigações decorrentes do contrato de trabalho, desacompanhado de outras provas, por si só, não enseja indenização por dano moral. Ademais, a legislação prevê indenização decorrente do atraso no pagamento das verbas rescisórias no artigo 477, § 6º da CLT, já deferida pela r. sentença de origem.

Por outro lado, a 3ª Turma julgou pela procedência dos danos morais.

Fundamentou-se que o inadimplemento das obrigações rescisórias viola o princípio da dignidade da pessoa humana, abalando o íntimo do trabalhador, que possui obrigações a quitar.¹³⁷

A jurisprudência do Tribunal Regional da 19ª região também apresenta divergência. Justifica-se a improcedência pelo fato de que a legislação prevê sansão ao inadimplimento das obrigações rescisórias e para que haja direito ao dano moral, é necessário provar o dano efetivamente sofrido.¹³⁸

¹³⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário nº 11122920125150070**. 1ª Turma. Campinas, SP. 15 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://trt-15.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24592855/recurso-ordinario-ro-11122920125150070-sp-010385-2013-patr-trt-15>>. Acesso em: 13 jun. 2016

¹³⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário nº 0000276-90.2010.5.15.0146**. 3ª Turma. Campinas, SP. 20 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://trt-15.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21274648/recurso-ordinario-ro-2019-sp-002019-2012-trt-15>>. Acesso em: 13 jun. 2016

¹³⁸ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. **Recurso Ordinário nº 00158200700519002**, Alagoas, AL, 19 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://trt-19.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9052351/recurso-ordinario-record-158200700519002-al-0015820070051900-2/inteiro-teor-14230205>>. Acesso em: 13 jun. 2016

A procedência, por sua vez, é justificada pela inexistência de dúvida de que transtornos de ordem financeira e moral são causados ao trabalhador.¹³⁹

Já no TRT da 20ª região, também há divergência. O posicionamento favorável a condenação por danos morais teve como fundamento a análise da situação vivida pelo trabalhador no término da relação empregatícia, agravada pelo inadimplemento das obrigações rescisórias, que legitima a aplicação da indenização.¹⁴⁰

Consta no acórdão que:

“o salário é a única fonte de renda do trabalhador, e finda a relação empregatícia, as verbas rescisórias são utilizadas por ele para se sustentar e sustentar a sua família, até que se situe novamente no mercado. Logo, quando a empresa não paga as aludidas verbas, ficando em mora, é indene de dúvida que o último e sua família são colocados em situação extremamente delicada”.¹⁴¹

Por outro lado, considera-se inaplicável o dano moral, uma vez que o mero descumprimento da legislação trabalhista não enseja a condenação, sendo necessário o ataque a valores íntimos e direitos da personalidade, constitucionalmente garantidos.¹⁴²

A pesquisa realizada no Tribunal da 21ª Região apontou para a improcedência da indenização, que para ocorrer, é necessária a demonstração de ofensa a direito personalíssimo do trabalhador. Se assim não fosse, segundo o relator, o acolhimento da indenização implicaria na banalização do instituto.¹⁴³

¹³⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. **Recurso Ordinário nº 1014200600219003**, Alagoas, AL. 05 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://trt-19.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18923870/recurso-ordinario-ro-1014200600219003-al-0101420060021900-3>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. **Recurso Ordinário nº 457006520095200013**. 7ª Turma. Sergipe, SE. 10 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://trt-20.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19699877/recurso-ordinario-ro-457006520095200013-se-0045700-6520095200013/inteiro-teor-104481581>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴¹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. **Recurso Ordinário nº 457006520095200013**. 7ª Turma. Sergipe, SE. 10 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://trt-20.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19699877/recurso-ordinario-ro-457006520095200013-se-0045700-6520095200013/inteiro-teor-104481581>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴² BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. **Recurso Ordinário nº 727007320095200002**, Sergipe, SE. 10 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://trt-20.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7439574/recurso-ordinario-record-727007320095200002-se-0072700-7320095200002/inteiro-teor-15064756>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴³ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. **Recurso Ordinário nº 00009062820155210010**, Rio Grande do Norte, RN. 24 de maio de 2016. Disponível em: <<http://trt-21.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/155210010/recurso-ordinario-ro-00009062820155210010-rn-24-05-2016>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

O Tribunal da 24ª Região, especificamente a 2ª Turma, também manifesta pela improcedência dos danos morais, uma vez que “o simples atraso no pagamento das verbas rescisórias, não dá ensejo a reparação por danos morais, porquanto não provoca humilhação ao reclamante, dor ou sofrimento”¹⁴⁴

A pesquisa realizada na jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho evidencia que embora haja divergência de posicionamento, os argumentos utilizados para fundamentar, tanto pela procedência quanto pela improcedência dos danos morais não se diferem muito.

3.2 Tribunal Superior do Trabalho (TST)

No Tribunal Superior do Trabalho, é possível observar posicionamento menos flexível, tendendo ao não cabimento dos danos morais.

A Primeira Turma inadmite a aplicação dos danos morais decorrente do mero inadimplemento das obrigações rescisórias, uma vez que para ser configurado, não basta prejuízos de ordem material, deve haver o descumprimento de direitos da personalidade.¹⁴⁵

Sob ótica semelhante, o julgado:

RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO

O mero inadimplemento das verbas rescisórias não induz, por si só, afronta aos direitos de personalidade do empregado.

Para o deferimento de indenização por dano moral, exige-se comprovação efetiva de algum fato objetivo a partir do qual se possa deduzir o abalo moral sofrido. Precedentes do TST.¹⁴⁶

21.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/342250461/rtord-9062820155210010/inteiro-teor-342250730>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Recurso Ordinário nº **4320087200952486**, Mato Grosso do Sul, MS. 17 de março de 2010. Disponível em: <<http://trt-24.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8516309/recurso-ordinario-ro-4320087200952486-ms-43200-87200952486/inteiro-teor-13648379>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁴⁵ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Processo. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 270800-09.2009.5.02.0023**. 1ª Turma. Desembargador Relator Marcelo Lamego Pertence, Brasília, DF, 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹⁴⁶ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 117008320135130016**. 4ª Turma. Desembargadora Relatora Rosalie Michael Bacila Batista, Brasília, DF, 04 de março de 2015. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/172104843/recurso-de-revista-rr-117008320135130016/inteiro-teor-172104870>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

A Quarta Turma também manifestou a inaplicabilidade do instituto, utilizando-se de posicionamento semelhante ao da Primeira Turma. Argumentou que “o simples inadimplemento de obrigações trabalhistas decorrentes do contrato de emprego não resulta em dano aos direitos da personalidade do empregado”.¹⁴⁷

Semelhante decisão também foi aplicada pela Quinta Turma, a qual decidiu:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho vem entendendo que o mero atraso salarial não enseja o pagamento de indenização por danos morais, devendo ser demonstrado o prejuízo concreto daí decorrente. Na hipótese, o Regional, com base na premissa de que os dois últimos salários da reclamante não foram pagos na data legal presumiu a ocorrência de dano moral e manteve a sentença que havia condenado a reclamada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a tal título. Nesse contexto, merece reforma a decisão do Regional, por ofensa ao art. 186 do Código Civil, para excluir a condenação em epígrafe.¹⁴⁸

3.3 Análise do posicionamento jurisprudencial encontrado

Os julgados colacionados tornam possível estabelecer dois posicionamentos adotados pela jurisprudência, o da inaplicabilidade e da aplicabilidade, a qual considera os danos morais como presumíveis.

Na inaplicabilidade, é possível constatar que não basta a alegação de que o inadimplemento das verbas rescisórias gerou prejuízos financeiros, é necessário demonstrar o ato danoso, o dano suportado e o nexo causal para efetivamente demonstrar a ofensa sofrida.

Os que aderem este posicionamento compreendem que o inadimplemento gera prejuízos meramente materiais, que é reparado com o pagamento das obrigações rescisórias acrescidas de juros e correção monetária.

¹⁴⁷ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 12482620135150091**. 4ª Turma. Ministro Relator Joao Oreste Dalazen, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/307221970/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-12482620135150091/inteiro-teor-307221997>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹⁴⁸ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 439-70.2013.5.04.0017**. 5ª Turma. Ministro Relator Emmanoel Pereira, Brasília, DF, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/270074630/recurso-de-revista-rr-4397020135040017/inteiro-teor-270074660>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

É possível verificar que acertado é o posicionamento de que o não pagamento das obrigações rescisórias gera prejuízos materiais, mas não se limitam a estes, estendendo-se também a prejuízos intrínsecos a personalidade do trabalhador.

Noutro giro, há a vertente da aplicabilidade, reconhecendo como aplicável o dano moral *in re ipsa*, ou seja, presumido.

O fundamento utilizado pelos adeptos desta teoria consiste na natureza alimentar das verbas rescisórias, que é destinada ao sustento do empregado e de sua família e quando inadimplidas, já resta configurada a ofensa a dignidade pessoal do trabalhador, fazendo presumir que a rescisão contratual, acompanhada do inadimplemento das verbas configura o dano moral.

Vislumbra-se ser mais adequado tal posicionamento, por considerar os prejuízos causados ao trabalhadores, que não se limitam a esfera patrimonial, mas sim aos abalos psicológicos sofridos por este, ainda mais que trata-se de um direito assegurado por lei e que quando descumprido, impossibilita o trabalhador de suprir suas necessidades básicas.

CONCLUSÃO

O tema do presente trabalho é de extrema importância para a sociedade, pois através de diversos movimentos sociais conquistou-se direitos que hoje são assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho e pela própria Constituição Federal, a qual prevê o trabalho como um direito social fundamental.

Diante a sua importância a lei traz mecanismos de proteção ao trabalho, dentre eles, as verbas rescisórias, que devido sua onerosidade, especialmente na rescisão do contrato por prazo indeterminado por vontade do empregador, serve como um desestímulo a dispensa imotivada, atenuando o desemprego.

Ocorre que apesar de sua onerosidade, não teve o condão de reduzir o desemprego, e em conjunto, houve o inadimplemento das obrigações rescisórias, o que vem ocorrendo a cada dia mais.

Apesar da CLT prever sanção a conduta de inadimplir as obrigações rescisórias, esta não se mostrou satisfatória, tampouco intimidou aqueles que a praticam.

Vislumbra-se a aplicação da responsabilidade civil por dano moral no caso de inadimplemento das verbas rescisórias em virtude da sua função punitiva ou preventiva, na qual se busca desestimular o lesante a novamente vir a praticar tal conduta.

O posicionamento pela aplicação do dano moral em sua função punitiva fundamenta-se no fato de que, como já mencionado, a CLT prevê uma sanção, mas que não tem sido eficaz no combate ao inadimplemento, e também porque seja qual for a razão do não pagamento, trata-se de uma obrigação pós contratual, que deve ser adimplida, ainda que através de um acordo, desde que dentro do prazo previsto em lei.

Deve-se observar que não se pretende o enriquecimento sem causa do trabalhador, mas sim, utilizar do instituto como um meio de coibir a conduta do inadimplemento, visando a conduta do empregador, e não a pessoa lesada.

No que tange a sua presunção, entende-se que deva ocorrer. Demonstrou-se casos em que o dano moral é presumido, nos quais os danos

sofridos pela vítima não se diferem daquele em que o trabalhador sofre quando se vê sem sua principal fonte de renda e sem suas verbas rescisórias, tanto em um quanto em outro, se fere direitos da personalidade, submetendo-os a transtornos e sofrimentos.

Por vezes o salário é a única fonte de renda do empregado, e no momento da rescisão, as verbas rescisórias, sobretudo o seguro-desemprego, podem permitir que o empregado mantenha sua subsistência até encontrar um novo emprego.

Tão grave quanto gerar um dano ou transtorno que repercute psicologicamente, é infringir a um direito da personalidade, principalmente o da dignidade da pessoa humana, bem como ocorre com o inadimplemento das verbas rescisórias, uma vez que o empregado se vê impedido de suprir com suas necessidades básicas.

Observando o posicionamento favorável das jurisprudências encontradas, deve-se concordar que o trabalhador estará desempregado, sem sua principal fonte de renda, e acompanhado do inadimplemento das obrigações rescisórias, gera profundos abalos morais e materiais.

Pode-se dizer que o abalo material será compensado pelo pagamento das verbas rescisórias, acrescidos de juros e atualização monetária, bem como defende a jurisprudência contrária a aplicação do dano moral. Entretanto, não se pode ignorar que foram gerados abalos a esfera íntima do trabalhador fazendo ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.

Portanto, conclui-se pela aplicabilidade do dano moral em sua função punitiva ou pedagógica, com o intuito de desestimular e prevenir a reiteração da conduta de inadimplir as verbas rescisórias, bem como que este deve ser presumido, tendo em vista que o desemprego, acompanhado do inadimplemento das obrigações rescisórias irá agravar a situação enfrentada pelo trabalhador, que, enfrentando dificuldades financeiras, não poderá suprir com suas necessidades básicas, tampouco honrar com os compromissos por ele assumidos, o que gera abalos psíquicos e fere ao princípio da dignidade da pessoa humana.

No mais, deverá o julgador, para solucionar o caso concreto, analisar critérios que possam surgir, como por exemplo, dificuldade financeira

do empregador, que o impossibilitou de adimplir, ou até mesmo a hipótese de inadimplemento imotivado das verbas rescisórias, a fim de apurar se montante devido deve ser fixado em valor maior ou menor.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Francisco Rossal de. **A boa-fé no término do contrato de emprego: o pagamento das verbas rescisórias - resilitórias**. Disponível em: <<http://www.amdjus.com.br/doutrina/trabalhista/17.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <<http://www.planalto.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 30 jun. 2016

BRASIL. **Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (9a Região). **Recurso Ordinário n. 0021-2013-036-09-00-4**. 2a Turma. Paraná, PR, 1 de abril de 2014. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1a Região. **Recurso Ordinário n. 01463003220085010022**. 5a Turma. Rio de Janeiro, RJ, 29 de maio de 2014. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120117419/recurso-ordinario-ro-1463003220085010022-rj>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00113453620145010028**. 3ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322086948/recurso-ordinario-ro-113453620145010028-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 0000955722013501034**. 4ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 23 de julho de 2014. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/136611967/recurso-ordinario-ro-9557220135010341-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00110371820155010043**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 21 de março 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322857609/recurso-ordinario-ro-110371820155010043-rj>>. Acesso em 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00112751020145010225**. 8ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/252937798/recurso-ordinario-ro-14911020145010451-rj>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. **Recurso Ordinário n. 00115485320145010042**. 10ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/322140883/recurso-ordinario-ro-115485320145010042-rj>>. Acesso em 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário n. 01645201201710009**. 3ª Turma Brasília, DF. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162914163/recurso-ordinario-ro-1645201201710009-df-01645-2012-017-10-00-9/relatorio-e-voto-162914173>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 01645201201710009**. 3ª Turma. Brasília, DF. 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162914163/recurso-ordinario-ro-1645201201710009-df-01645-2012-017-10-00-9/relatorio-e-voto-162914173>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 2226201101610007**. 2ª Turma. Brasília, DF. 13 de junho de 2012. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24389345/recurso-ordinario-ro-2226201101610007-df-02226-2011-016-10-00-7-ro-trt-10>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. **Recurso Ordinário nº 362201100110003**. 3ª Turma. Brasília, DF. 3 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://trt-10.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24336073/recurso-ordinario-ro-362201100110003-df-00362-2011-001-10-00-3-ro-trt-10>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. **Recurso Ordinário nº 63920074021400**. 1ª Turma. Rondônia e Acre, RO/AC. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://trt-14.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18885730/recurso-ordinario-trabalhista-ro-63920074021400-ro-0063920074021400>>. Acesso em 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário n. 0000176-89.2010.5.15.0032**. 2ª Turma. Campinas, SP, 15 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/60422371/trt-15-16-10-2013-pg-1134>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário nº 11122920125150070**. 1ª Turma. Campinas, SP. 15 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://trt-15.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24592855/recurso-ordinario-ro-11122920125150070-sp-010385-2013-patr-trt-15>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. **Recurso Ordinário nº 0000276-90.2010.5.15.0146**. 3ª Turma. Campinas, SP. 20 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://trt-15.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21274648/recurso-ordinario-ro-2019-sp-002019-2012-trt-15>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. **Configuração do dano moral na hipótese de mora salarial**, 2016. Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br/portal/bases-juridicas/jurisprudencia/jurisprudencia-comparada/1-1-dano-moral/1-mora-salarial/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. **Recurso Ordinário nº 00158200700519002**, Alagoas, AL, 19 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://trt-19.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9052351/recurso-ordinario-record-158200700519002-al-0015820070051900-2/inteiro-teor-14230205>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. **Recurso Ordinário nº 1014200600219003**, Alagoas, AL. 05 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://trt-19.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18923870/recurso-ordinario-ro-1014200600219003-al-0101420060021900-3>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. **Recurso ordinário nº 8643020115010283**. 5ª Turma. Rio de Janeiro, RJ, 24 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24958953/recurso-ordinario-ro-8643020115010283-rj-trt-1>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. **Recurso Ordinário nº 457006520095200013**. 7ª Turma. Sergipe, SE. 10 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://trt-20.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19699877/recurso-ordinario-ro-457006520095200013-se-0045700-6520095200013/inteiro-teor-104481581>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. **Recurso Ordinário nº 727007320095200002**, Sergipe, SE. 10 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://trt-20.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7439574/recurso-ordinario-record-727007320095200002-se-0072700-7320095200002/inteiro-teor-15064756>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. **Recurso Ordinário nº 00009062820155210010**, Rio Grande do Norte, RN. 24 de maio de 2016. Disponível em: <<http://trt-21.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/342250461/rtdord-9062820155210010/inteiro-teor-342250730>>. Acesso em 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. **Recurso Ordinário nº 4320087200952486**, Mato Grosso do Sul, MS, 17 de março de 2010. Disponível em: <<http://trt-24.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8516309/recurso-ordinario-ro-4320087200952486-ms-43200-87200952486/inteiro-teor-13648379>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00021711920145020046**. 1ª Turma. São Paulo, SP, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312044528/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-21711920145020046-sp-00021711920145020046-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00021711920145020046**. 1ª Turma. São Paulo, SP, 24 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312044528/recurso-ordinario-em-rito-sumarissimo-ro-21711920145020046-sp-00021711920145020046-a28>>. Acesso em 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 0002544200608602005**. 2ª Turma. São Paulo, SP, 16 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7531137/recurso-ordinario-record-2544200608602005-sp-02544-2006-086-02-00-5>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00015702320135020054**. 5ª Turma. São Paulo, SP, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312382202/recurso-ordinario-ro-15702320135020054-sp-00015702320135020054-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00010747020135020061**. 6ª Turma. São Paulo, SP, 03 de março de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/202260037/recurso-ordinario-ro-10747020135020061-sp-00010747020135020061-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00022320320145020005**. 7ª Turma, São Paulo, SP, 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312145217/recurso-ordinario-ro-22320320145020005-sp-00022320320145020005-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00031740720125020037**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 8 de outubro de 2014.

Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/137610586/recurso-ordinario-ro-31740720125020037-sp-00031740720125020037-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00024807820105020014**. 4ª Turma. São Paulo, SP, 19 de maio 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201963790/recurso-ordinario-ro-24807820105020014-sp-00024807820105020014-a28>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00046218320135020202**. 14ª Turma. São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/202352251/recurso-ordinario-ro-46218320135020202-sp-00046218320135020202-a28>>. Acesso em 12 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011676720115030031**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/133667715/recurso-ordinario-trabalhista-ro-1167201103103000-0001167-6720115030031/inteiro-teor-133667739>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. **Recurso Ordinário nº 00008380820135030153**. 6ª Turma. Minas Gerais, MG, 28 de maio de 2014. Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/123153007/recurso-ordinario-trabalhista-ro-838201315303003-0000838-0920135030153/inteiro-teor-123153017>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 000213270820145040023**. 1ª Turma. Porto Alegre, RS, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/258819837/recurso-ordinario-ro-213270820145040023-rs-0021327-0820145040023/inteiro-teor-258819907>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00221805420145040334**. 4ª Turma. Porto Alegre, RS, 11 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/258819837/recurso-ordinario-ro-213270820145040023-rs-0021327-0820145040023/inteiro-teor-258819907>>.

4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/255767669/recurso-ordinario-ro-221805420145040334-rs-0022180-5420145040334/inteiro-teor-255767754>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00003346420145040662**. 6ª Turma. Porto Alegre, RS, 28 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/250560379/recurso-ordinario-ro-3346420145040662-rs-0000334-6420145040662/inteiro-teor-250560388>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00003346420145040662**. 6ª Turma. Porto Alegre, RS, 28 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/250560379/recurso-ordinario-ro-3346420145040662-rs-0000334-6420145040662/inteiro-teor-250560388>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00209164420145040029**. 2ª Turma. Porto Alegre, RS. 27 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/227101127/recurso-ordinario-ro-209164420145040029-rs-0020916-4420145040029/inteiro-teor-227101152>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Recurso Ordinário nº 00008261720135040741**. 9ª Turma. Porto Alegre, RS. 10 de julho jul. 2014. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129134095/recurso-ordinario-ro-8281720135040741-rs-0000828-1720135040741/inteiro-teor-129134103>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00005653920135050132**. 1ª Turma. Minas Gerais, MG, 23 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262403255/recurso-ordinario-record-5653920135050132-ba-0000565-3920135050132/inteiro-teor-262403264>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00002913820145050133**. 2ª Turma. Minas Gerais, MG, 21 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/248981393/recurso-ordinario-record-2913820145050133-ba-0000291-3820145050133>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 0000911152013505064**. 3ª Turma. Minas Gerais, MG, 9 de junho de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/197974231/recurso-ordinario-record-9111520135050641-ba-0000911-1520135050641>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00009347220145050431**. 4ª Turma. Minas Gerais, MG, 16 de junho de 2015. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/201145029/recurso-ordinario-record-9347220145050431-ba-0000934-7220145050431/inteiro-teor-201145036>>. Acesso em 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Recurso Ordinário nº 00007373020125050030**. 5ª Turma. Minas Gerais, MG. Disponível em: <<http://trt-5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/165955463/recurso-ordinario-record-7373020125050030-ba-0000737-3020125050030>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. **Recurso Ordinário nº 00017827820115060191**. 3ª Turma. Pernambuco, PB. 05 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://trt-6.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22652666/1782782011506-pe-0001782-7820115060191-trt-6/inteiro-teor-110912206>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. **Recurso Ordinário nº 00017749820115060192**. 4ª Turma. Pernambuco, PB. 04 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://trt-6.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22652613/1774982011506-pe-0001774-9820115060192-trt-6/inteiro-teor-110912153>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Recurso Ordinário nº 00005042003656905**. 2ª Turma. Paraná, PR. 09 de julho de 2004. Disponível em: <<http://trt-9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19047282/5042003656905-pr-504-2003-656-9-0-5-trt-9>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **Recurso Ordinário nº 00011642012678908**. 6ª Turma. Paraná, PR. 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://trt-9.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22111144/11642012678908-pr-1164-2012-678-9-0-8-trt-9>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho Processo. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 270800-09.2009.5.02.0023**. 1ª Turma. Desembargador Relator Marcelo Lamego Pertence, Brasília, DF, 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho Processo. **Recurso de Revista n. 439-70.2013.5.04.0017**. 5ª Turma. Ministro Relator Emmanoel Pereira, Brasília, DF, 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/270074630/recurso-de-revista-rr-4397020135040017/inteiro-teor-270074660>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 12482620135150091**. 4ª Turma. Ministro Relator Joao Oreste Dalazen, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/307221970/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-12482620135150091/inteiro-teor-307221997>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista com Agravo nº 125300-74.2009.5.15.0046**. do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Brasília, DF, 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%20125300-74.2009.5.15.0046&base=acordao&numProcInt=129291&anoProcInt=2012&dataPublicacao=31/10/2012%2007:00:00&query=>>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista n. 117008320135130016**. 4ª Turma. Desembargadora Relatora Rosalie Michaele Bacila Batista, Brasília, DF, 04 de março de 2015. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/172104843/recurso-de-revista-rr-117008320135130016/inteiro-teor-172104870>>. Acesso em: 14 jun. 2016

CAVALIERI FILHO. Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/marienf/srgio-cavaliere-filho-programa-de-responsabilidade-civil-10-ediao-2012-1>>. Acesso em 30 ago. 2016.

CONFERÊNCIA mundial sobre os direitos do homem. Viena, 1993. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13 ed. São Paulo: LTr, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 7.

FERREIRA, Jessica da Silva. **O dano moral punitivo e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 54 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

FIGUEIREDO, Laurady. **Dano moral presumido**. Disponível em: <<http://www.oabdeprimeira.com.br/como-passar-na-oab-2/dicas-da-laurady/dano-moral-presumido/>>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FORD PINTO, um dos carros mais perigosos já lançados – explosões em colisões traseiras, 2015. Disponível em: <<http://revista.socarao.com.br/no-socarao/historia-socarao-antigo/ford-pinto-um-dos-carros-mais-perigosos-ja-lancados-explosoes-em-colisoes-traseiras>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FREDERICO, Alencar. **A responsabilidade civil pelo rompimento do noivado.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1789>. Acesso em: 07 jun. 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO. **Novo curso de direito civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A seita secreta para a efetivação dos direitos sociais,** 2005. Disponível em:<<http://www.anamatra.org.br/artigos/a-seita-secreta-para-a-efetivac-o-dos-direitos-sociais-06295243731043528>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho.** 30. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014. p. 3

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho.** 36. ed. São Paulo: LTr, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Pereira Ribeiro de. **Dano moral e seu caráter desestimulador.** Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_22832041_DANO_MORAL_E_SEU_CARATER_DESESTIMULADOR>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PEREIRA, Juliana Maria Chaves de Lima. **Princípios específicos do direito do trabalho e sua aplicação na atualidade.** Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23872/principios-especificos-do-direito-do-trabalho-e-sua-aplicacao-na-atualidade>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI,** 2014. Disponível em: <<http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2015/02/O-Capital-no-Seculo-XXI-Thomas-Piketty-2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RAMOS, Elisa Maria Rudge. **Os direitos sociais:** direitos humanos e fundamentais. Disponível em: <<https://direitosociais.org.br/article/os-direitos-sociais-direitos-humanos-e-fundamentai/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RODRIGUES, Lidianne Kelly Nascimento. **Dano moral pelo inadimplemento do salário,** 2009. Disponível em: <<http://lidiannekelly.blogspot.com.br/2009/03/dano-moral-pelo-inadimplemento-de.html>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SANTOS. Pablo de Paula Saul. **Responsabilidade civil:** origem e pressupostos gerais. Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SANTOS JUNIOR, Rubens Fernando Clamer dos. **A importância da CLT no século XXI.** Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?cod=776808&action=2&destaque=false>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SIGNIFICADO de trabalho. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/trabalho/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SOUZA, Adriano Stanley Rocha; BORGES, Andréa Moraes; CALDAS, Andréa Gouthier. **Dano moral & punitive damages.** Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

ZANON, André Ricardo Moncaio. **Aplicação da função punitiva e da indenização punitiva aos danos morais.** 2010. 66 f. Monografia (graduação) - (graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2010.